

Diário do Legislativo de 15/01/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

3 - ERRATA

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

113ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 17/12/2003

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há uma semana e meia, falei sobre o contrato feito com a Mercedes-Benz, em 1996. Trouxe este documento para que pudesse ler com detalhes o protocolo da Mercedes-Benz, que se transformou em contrato, mostrando como as empresas em nosso Estado são tratadas de maneira totalmente diferenciada. Empresa multinacional chega a Minas Gerais, recebe inúmeras vantagens, enquanto outras, que foram criadas e adquiriram pernas no Estado são penalizadas e fiscalizadas diariamente pelo Governo Estadual, por meio da Secretaria da Fazenda, pela Receita Federal, pela Previdência Social e pelo município onde estão instaladas. Enquanto isso, a empresa multinacional está livre de toda essa fiscalização, naturalmente feita em Minas Gerais.

Consta no mencionado documento resumo dos atos a serem realizados pelo município e pelo Estado: financiamento de capital de giro, com base no número de veículos produzidos em Juiz de Fora, percentual de 7,75% sobre o faturamento ou em valores pré-fixados, ou seja, o Estado paga a cada Classe A vendido - fracasso no Brasil - R\$1.080,00 por unidade faturada, corrigidos pelo IGP-M. Pagamento em dez anos, começando no 121º mês a contar do primeiro empréstimo. Previsão de um suplemento de financiamento pelo Estado, por meio do PROIM-GIRO, no valor de R\$24.900.000,00 iniciais, em quatro anos com correção e juros de 3,5% ao ano.

Vejam bem, são R\$24.900.000,00 que passaram para as mãos da Mercedes com juros de 3,5% ao ano; financiamento de mais de R\$16.000.000,00, com carência de dez anos, ou seja, são dez anos sem juros e correção monetária; oferta adicional pelo Estado, condicionada à aceitação pela Mercedes de um financiamento de R\$80.000.000,00, por meio do FIND-PROIM, com correção e juros de 3,5%, tendo como fiador o Governo do Estado de Minas, ou seja, se ela não pagar, o Estado deverá fazê-lo; financiamento por veículo importado nos modelos Classe A; garantias; lotes da CEMIG - 15% da CEMIG, em ações, foram para as mãos da Mercedes, a fim de trazê-la para Minas.

Tudo isso nos leva a uma conclusão muito lógica. Em primeiro lugar, estamos vendo empresas grandiosas do Estado, que nasceram aqui e dão inúmeros empregos, de malas prontas, saindo de Minas, por causa da perseguição que estão sofrendo por parte de alguns órgãos do município, do Estado e da União. E, em segundo lugar, vemos as vantagens oferecidas para as empresas que vêm para cá, sem nenhuma garantia de ficar por um, dois, cinco ou dez anos. Esse é o caso da própria Mercedes, que ganhou o terreno onde está instalada em Juiz de Fora, no valor de R\$13.000.000,00, que é maior que o centro comercial da cidade. Ele foi dado à empresa em cartório, sem nenhuma cláusula que a obrigue a permanecer no Estado.

Além disso, está no contrato que a Mercedes deveria oferecer, no mínimo, 1.500 empregos para Juiz de Fora e região; entretanto, hoje temos somente 312 empregados na empresa, pois o Classe A foi um desastre, sofreu um encalhe, não se vendeu no Brasil. A Mercedes não pagou os R\$80.000.000,00, porque vendeu sua parte para a Chrysler. Em notícia recente, ficamos sabendo que a Chrysler quer US\$100.000.000,00 emprestados pelo BDMG.

Se não pagaram os R\$80.000.000,00, como ainda estão querendo US\$100.000.000,00 - quase R\$300.000.000,00 - emprestados? Não cumpriram a primeira parte e agora estão fazendo uma projeção de que, em 2007, lançarão um carro que venderá muito no País.

Fora isso, a Mercedes - ou a Chrysler - não paga IPTU, água, esgoto tratado e a guarnição do Corpo de Bombeiros que fica dentro da empresa. Eles terão tudo isso por dez anos, de graça. E, até dois anos atrás - hoje já voltaram para a Alemanha -, tínhamos 300 crianças alemãs estudando nos grandes colégios da cidade, como Academia e Gramberry, cujos cursos eram pagos pela Prefeitura da cidade, ou seja, elas estudavam à custa do povo de Juiz de Fora.

Lamento o absurdo que fizeram, esquecendo-se da cria da casa.

O Deputado Jayro Lessa (em aparte)* - Deputado Alberto Bejani, realmente não consigo entender como o Governo do Estado pode emprestar dinheiro para uma empresa e avalizá-la, interna e externamente, por meio do BDMG, e, mesmo assim, ela exigir uma garantia. Foram dados

15% das ações da CEMIG para que a Mercedes-Benz ficasse; o credor é o Estado, e não a empresa. Esse é um dos absurdos que acontecem em Minas e no Brasil.

No mundo todo, a economia, para crescer, passa pela microempresa, pela empresa familiar e pela empresa média, mas estamos na contramão da história.

Trazemos muitas empresas na expectativa de gerar empregos, mas tem acontecido o mesmo episódio da Mercedes-Benz. O Classe A foi um fiasco. Estão importando carro da Argentina e usando incentivo fiscal de Minas Gerais para colocar o Sprinter no mercado. Se uma providência não for tomada, por meio da Assembléia Legislativa, procedendo-se a um estudo sobre o que aconteceu com o contrato da Mercedes-Benz, ocorrerão outros casos semelhantes em Minas Gerais. O senhor poderia sugerir à Mesa da Assembléia a criação de uma comissão para apurar o que aconteceu com a Mercedes-Benz, para que o problema seja minimizado, porque deveria gerar 1.500 empregos, mas contratou apenas 300 funcionários. O mesmo aconteceu na IVECO de Sete Lagoas, na qual por ser uma cidade menor, gerou-se um problema maior, porque, na expectativa de se criar emprego, atraíram-se pessoas do interior do Nordeste de Minas, criando-se um bolsão de pobreza. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Alberto Bejani - Obrigado, Deputado Jayro Lessa. No início do próximo ano, colheremos as assinaturas suficientes e as entregaremos ao Presidente, Deputado Mauri Torres, para que seja criada uma Comissão Especial a fim de verificarmos, "in loco", tudo o que foi dito, inclusive para ratificar o que disse relativamente ao não-pagamento dos R\$80.000.000,00, ou seja, do empréstimo para a Mercedes-Benz, que vendeu parte da sua cota para a Chrysler. Fazendo-se uma acoplagem, atualmente a empresa é Chrysler, e desejam US\$100.000.000,00, aproximadamente R\$300.000.000,00.

É bom lembrar que o problema social que se causou em Juiz de Fora é muito grande. Com o anúncio divulgado no "Jornal Nacional" para todo o Brasil, em uma época de campanha eleitoral, em 1996, de que a Mercedes geraria 10 mil empregos em Juiz de Fora, recebemos uma quantidade enorme de pessoas de outros Estados. Como a maioria delas não retornou à sua cidade, permanecendo em Juiz de Fora, danificou-se completamente a área da saúde, porque o número de pessoas doentes aumentou, elevou-se o preço dos aluguéis, já que estava chegando à cidade uma multinacional, e o número de salas de aula atualmente é insuficiente para atender à demanda. Tudo foi realizado de forma irracional, com a intenção de eleger um candidato a Prefeito. Como podem sacrificar uma cidade inteira, com a intenção de ganhar as eleições para Prefeito, sem, contudo, conseguirem eleger o candidato?

Temos de tomar uma posição. Fica registrada em Plenário a minha indignação diante desse ato irresponsável e de desrespeito à sociedade de Juiz de Fora e de Minas Gerais, com a implantação de uma multinacional. Sou a favor do crescimento econômico, mas desde que se dê oportunidade para que as empresas que estão no município ou no Estado tenham condições de caminhar com igualdade, sem acreditarem em promessas.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento com conteúdo, que nos levou a uma maior reflexão, e principalmente pela coragem de denunciar algo dessa natureza. Tenho certeza de que, após a sua fala, não enfrentaremos problemas para a criação dessa Comissão Especial. Parece-me que ela já foi criada no passado, mas não tivemos um conhecimento mais profundo das conclusões.

Esta Casa perde, muitas vezes, o contato com o Executivo.

Chega-nos apenas a solicitação ou a autorização para celebrar um contrato ou um convênio, ou contrair um empréstimo com o Governo Federal ou com órgãos internacionais. Às vezes, não temos conhecimento do que ocorre. Há muitos anos, estou chamando a atenção da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa, visto que é de sua competência acompanhar o que aprovamos nesta Casa. O Executivo, independentemente de quem seja o Governador - hoje é Aécio, amanhã não sei quem será -, não costuma encaminhar ao Legislativo extratos dos convênios celebrados. Em que base esses convênios são celebrados?

A partir de seu pronunciamento, Deputado Alberto Bejani, temos de cobrar da Comissão de Fiscalização Financeira um acompanhamento do que aprovamos aqui para saber se está certo, pois não sabemos o que ocorre nas entrelinhas. Não temos conhecimento da complementação daquilo que aprovamos; logo, é importante acompanharmos não só os empréstimos ou as autorizações, mas também os processos licitatórios que ocorrem no Estado. A Comissão nunca foi à abertura de uma carta-convite nem de nenhuma outra modalidade de licitação. Aprovamos e, depois, perdemos contato. Ressalto que somos responsáveis solidários pelo que fazemos nesta Casa. Tenho a certeza de que o Governador Aécio Neves, com a experiência que tem, não deixará a Assembléia em má situação. Isso ocorreu com a CEMIG, quando autorizamos a venda das ações. Não se sabe o que houve; porém, sabe-se que depois houve acusações gravíssimas contra a CEMIG. Agora, V. Exa. faz esse desabafo com relação à Mercedes, de Juiz de Fora. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária possui dupla finalidade: acompanhar o que ocorre e assumir nossa responsabilidade.

O Deputado Alberto Bejani - Obrigado. Vamos caminhar nessa direção, não tenha dúvida.

O documento está aqui. Trata-se do protocolo da Mercedes que farei chegar aos gabinetes dos Deputados. Juntos, tentaremos retomar o terreno doado, que vale US\$13.000.000,00, a fim de que venha servir ao microempresário e ao pequeno empresário e tornar-se área produtiva para o Município de Juiz de Fora e para Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente em exercício, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, inicialmente cumprimento a cidade de Betim, todos os seus moradores e moradoras, os betinenses de nascimento e os betinenses por opção, pelos 65 anos de emancipação política. Este é também um momento de reflexão. Quando analisamos, vemos que a cidade antes da REGAP e da FIAT era pacata, considerada uma cidade do interior, onde, com tranquilidade, viviam seus moradores. Era, aliás, considerada a cidade das jabuticabas.

Quantas famílias compravam pés de jabuticaba de cidades vizinhas para experimentar essa fruta saborosa na cidade de Betim? No entanto, hoje a situação é grave. Sabemos da industrialização, dos aspectos positivos incorporados pela cidade, mas, ao mesmo tempo, da violência por que passa nossa cidade.

Ontem estivemos em frente da Câmara Municipal, num ato público pela paz organizado pelo Sind-UTE, com a participação de várias lideranças locais, sindicatos e movimentos organizados, em contraposição à morte de um professor dentro da sala de aula da Escola Estadual Teotônio Vilela. Também hoje, em torno das 13 horas, tivemos notícia de assalto a um taxista. Três assaltantes fizeram com que ele os levasse para um hospital, mas, no caminho, anunciaram o assalto. Sabemos que a principal causa de muitas mortes, sobretudo de jovens, é o tráfico de drogas.

Recebemos do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase uma carta, que passo a ler (- Lê:) "A coordenação do MORHAN, juntamente com a Comunidade Santa Isabel, vem solicitar da Deputada que encaminhe ao Secretário da Segurança Pública

informações com relação ao alto índice de violência que vem sendo promovida contra os pacientes de hanseníase do Sanatório Santa Isabel. A violência e os assaltos, que são diários, vêm deixando nossa comunidade totalmente insegura. Os roubos acontecem principalmente nas casas dos pacientes indefesos, vários dos nossos pacientes estão sendo agredidos de forma física e violenta, chegando ao ponto de ladrões invadirem até os pavilhões onde moram os pacientes de hanseníase, locais onde nunca houve registro de assaltos."

Solicitam que peçamos à Secretaria de Segurança Pública as providências necessárias e à FHEMIG, responsável por aquele hospital, medidas urgentes. Esta carta está assinada pela Coordenadora do MORHAN, do Núcleo Betim, Sra. Maria Francisca de Ávila.

No seu aniversário, que possamos dar de presente à nossa cidade de Betim o envolvimento de todas as lideranças políticas, comunitárias, movimentos sociais organizados, sindicatos, Executivo, Legislativo, Polícias Civil e Militar, para, num grande mutirão, erradicar essa violência. Hoje pela manhã, estivemos num evento da OAB, juntamente com o Deputado Ivair Nogueira, que também reside nessa cidade, e participamos de uma discussão da qual sairá uma carta de intenções e de encaminhamentos concretos e imediatos para mudarmos esse quadro.

Também a Deputada Federal Maria do Carmo, nesta semana, entrou em contato com o Ministério da Justiça e órgãos federais para que houvesse interlocução imediata e somássemos esforços na erradicação da violência em nossa cidade, porque são muitas vidas, principalmente de jovens, que estão sendo ceifadas. Sabemos que a vida está banalizada, e isso não pode continuar.

Infelizmente, em Betim há exclusão das lideranças de oposição; já não é possível que, em pleno século XXI, tenhamos esse tipo de política. É preciso unir esforços em torno do bem comum.

Gostaria de registrar um fato ocorrido no Palácio da Liberdade, publicado no jornal "Estado de Minas" de 17/12/2003. O Governador sancionou o projeto de lei de PPP. Votamos favoravelmente a ele. Existe um projeto de PPP na Câmara dos Deputados. A PPP é necessária para resolvermos os problemas nas áreas da saúde, da educação, da segurança e do transporte, sem que os Governos Municipal, Estadual e Federal percam o controle dos órgãos públicos e das ações de parceria. Esse controle deve ser rigoroso. A sociedade e os empresários podem e devem contribuir.

Parabenizo a Comissão Especial desta Casa cujo relator foi o Deputado Ricardo Duarte, do PT, e cujo Presidente foi o Deputado Domingos Sávio, a qual discuti a questão da UEMG e apresentou propostas concretas de investimentos nessa universidade. Houve uma discussão sobre o PMDI na Escola do Legislativo desta Assembléia. Apresentei uma proposta de emenda de inclusão da UEMG, como um dos projetos estruturantes.

A construção do "campus" da UEMG interessa a todos nós. Devem-se ampliar os investimentos para que os jovens tenham direito a cursar uma universidade pública. Esta Casa exerceu papel fundamental ao contribuir para que a UEMG fosse considerada uma das prioridades do Estado de Minas Gerais.

O Governador afirmou que construirá seis penitenciárias. Não somos contra isso. Na segunda-feira passada, a Comissão de Segurança Pública discuti essa questão, em Três Corações.

Protocolaremos requerimento ao Governador. Temos o apoio da Comissão de Educação, e creio que teremos o das Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos, para que as penitenciárias não sejam construídas seguindo o modelo tradicional, ou seja, com capacidade para 400 detentos, mas para 800, 1.000 ou mais. Não devemos aceitar isso.

Quero acreditar que o Governador Aécio Neves não investirá recursos públicos para construir esse modelo falido de penitenciária. O gasto por cada detento é de R\$800,00 a R\$1.000,00 por mês. As penitenciárias e cadeias são verdadeiras escolas de crime. É preciso otimizar os recursos.

Precisamos construir projetos alternativos. Existem leis estaduais estabelecendo a construção de prédios que abriguem no máximo 170 presos. O modelo APAC, implantado em Nova Lima, e outros semelhantes devem ser seguidos. As construções podem ser feitas em parceria com universidades. A UNINCOR, de Três Corações, manifestou-se publicamente, desejando fazer parceria com o Governo do Estado para implantar um projeto alternativo de recuperação de detentos e adolescentes infratores, desde que esteja de acordo com o modelo discutido com as lideranças da região, sobretudo com a comissão que está implantando a APAC no município. Além disso, os locais de construção devem ser decididos com os Prefeitos, as Câmaras Municipais, as lideranças locais, e destinados somente aos detentos da comarca em que forem construídos.

Esperamos que lideranças da Fundação João Pinheiro e das nossas universidades, sobretudo as ligadas à área da educação, contribuam para a efetivação desses projetos alternativos. Serão investidos recursos públicos na recuperação e na ressocialização de detentos, além de se possibilitar que adolescentes cumpram suas penas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Parabenizo-a pelo seu pronunciamento sobre a posição da UNINCOR, de Três Corações, representada pelo Reitor Adair Ribeiro, que está contribuindo para que a universidade, em regime de parceria, participe ativamente das áreas de educação e segurança. Espero que sua iniciativa seja seguida pelas demais universidades. Parabéns, Deputada Maria Tereza Lara!

A Deputada Maria Tereza Lara - O Bloco PT-PCdoB deseja que não sejam mais construídos em nosso Estado "cadeiões" nem penitenciárias nos moldes tradicionais. Esperamos a colaboração de todos os Deputados desta Casa, a fim de que, num esforço conjunto, sensibilizemos o Governador para a necessidade de transformação do sistema carcerário. Com vontade política e união de esforços, conseguiremos fazer reverter a situação vivida pelo sistema penitenciário, além de erradicar a violência em nosso Estado. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

No último dia 10, com grande pesar, Minas Gerais velou, no Salão Nobre da Assembléia Legislativa, o corpo do ex-deputado Sinval Bambirra. Um deputado que veio das lides operárias, como liderança operária da área da indústria têxtil, eleito pelo PTB para exercer o mandato de Deputado Estadual da 5ª Legislatura, de 1963 a 1967. Faleceu no último dia 10. Nós o vemos aqui, e isso faz com que reflitamos sobre o passado da nossa Assembléia e sobre o que representou Sinval Bambirra, a sua vida, a sua história e as recordações que fez aflorar em minha memória.

Nos últimos encontros, das últimas vezes que tive a oportunidade de estar com Sinval, ele me relatava, com emoção, a sua ligação com meu pai, que era deputado estadual desde 1958 e nessa casa permaneceu até 1970. E a homenagem que presto nesta tribuna, hoje, à memória de Sinval Bambirra, estendo-a, também, porque me faz aflorar à memória, sem querer ser presunçoso, como a coruja se gabando do próprio toco, a meu pai. Sinval Bambirra, uma liderança de esquerda. Meu pai, um deputado sempre muito honrado e tido como homem de direita. Um homem de direita porque pertenceu, no seu passado, bem no passado, na sua juventude, à Ação Integralista Brasileira. E o que o fez filiar-se à Ação integralista Brasileira era que a ação integralista, comandada por Plínio Salgado, era a força política que se contrapunha frontalmente ao comunismo. Integralismo que surgiu em 1932 e, em 1935, houve a Intentona Comunista, com diversas mortes e ataques a quartéis quando esta ação da Intentona Comunista levou meu pai a inscrever-se nas fileiras da Ação Integralista Brasileira. Por isso, a marca de um homem de direita e de um homem honrado. Sinval Bambirra, um homem de esquerda e um homem honrado.

Veio a Revolução de 1964. As pressões sobre as Assembléias Legislativas, principalmente sobre aqueles que, eleitos pelo PTB, mantinham vinculação com o então Presidente João Goulart. Diversas Assembléias no Brasil foram fechadas. Diversas, não, todas, à exceção da de Minas. E Minas não teve as suas portas cerradas, como as demais Assembléias do Brasil porque esta Assembléia, num gesto político, mas quando não se escreveu a sua página mais bela, antecipando as ações cassatórias dos militares da época, cassou os mandatos de Sinval Bambirra, Clodemisth Riani e Dazinho. Os três deputados que foram cassados pelos seus próprios colegas, pela própria Assembléia Legislativa, numa ação política, talvez muito inteligente, de preservar em aberto, em funcionamento o Legislativo Mineiro.

Quando vim para esta Assembléia, em 1994, recebi uma incumbência da Mesa, da Mesa em que eu era Vice-Presidente, de coordenar um grupo de trabalho para oferecer à Casa uma nova proposta de Regimento Interno.

Estudando o então Regimento da Assembléia, nós sabíamos da história dessa cassação dos deputados. E fomos ver no Regimento que as atas secretas e os documentos das reuniões secretas da Assembléia Legislativa ficavam secretos "ad aeternum": nunca seriam abertos e não havia essa possibilidade de abertura. Na elaboração do novo regimento, inserimos, no capítulo que trata das reuniões secretas, a possibilidade, e não só a possibilidade, mas a obrigatoriedade, de a Assembléia, depois de determinado número de anos do fato já transcorrido e amortecido pelo tempo, abrir as atas e os documentos e dar conhecimento ao público.

Com o Regimento aprovado, sou eu novamente encarregado de coordenar novo grupo de trabalho para analisar as atas das reuniões secretas, cujo prazo de abertura já havia expirado. Então, tivemos oportunidade de analisar, àquela época, a cassação dos três deputados. E ali fica evidente: a pressão militar houve e as cobranças militares aconteceram, mas a cassação se deu pela própria Assembléia. E a Assembléia antecipou o ato que seria praticado, inexoravelmente, se não fosse praticado pela Assembléia Legislativa, preservando esse poder em funcionamento.

A justificativa para a cassação foi decoro parlamentar. Nós abrimos os documentos e, surpresa para todos nós da comissão, não havia nada de decoro, nada, absolutamente nada. Alguma cobrança registrada em ata da ID-4, do estamento militar da época, e a Assembléia entendeu, porque não havia porque cassá-los, de cassar os mandatos por falta de decoro parlamentar.

O meu pai estava fora da Assembléia, à época, e fui saber quando abri os documentos e fui lendo. Era o seu suplente que ocupava o mandato no seu lugar. Mas eu acredito que se o meu pai esteve aqui, também teria votado pela cassação, porque a Assembléia votou por unanimidade. Foi a cassação dos três por unanimidade, por falta de decoro, sendo que não havia processo, não havia oportunidade de eles exporem o que falavam, simplesmente porque eram do PTB e faziam da tribuna da dessa Casa a defesa do Governo João Goulart, que havia sido deposto pelo movimento militar. E os três foram cassados, e Sinval Bambirra, pobre, operário, liderança operária viveu um momento de grande dificuldade.

Quando eu estendo a homenagem que presto a Sinval Bambirra à figura de meu pai, foi porque com meu pai aprendi, desde menino, a discordar das idéias, brigar pelas idéias, e não com as pessoas ou pelas pessoas. E meu pai sempre me ensinou, como ensina a religião cristã, o nosso catolicismo, como ser inimigo do pecado, mas não inimigo do pecador. E meu pai, sempre tido como direita, anticomunista, foi sempre um amigo pessoal de muitos comunistas. E quando eles viveram o momento mais amargo de suas vidas, quando da Revolução de 64, os comunistas de Poços de Caldas, presos e transferidos para Belo Horizonte, tiveram o apoio foi de meu pai, que os visitava quase diariamente, para ver seu estado físico, se eles não estavam sendo violentados pela ação, às vezes prepotente, de um estamento militar e manter contato com suas famílias, levando a elas as suas notícias.

Da mesma forma, como Sinval era um operário pobre e que meu pai sabia que ele vivia com dificuldades, voltando à Assembléia, fez um movimento entre os pares para que cada um pudesse participar com uma quantia para acudir a família. E interessante, eu me lembro dessa fase. E lembro de meu pai dizer que o movimento era tão opressor que quase nenhum negou. Praticamente todos deram uma parcela dos seus vencimentos, de seus subsídios, para ajudar a família do Sinval. Mas ninguém, praticamente, pouquíssimos, concordaram em colocar o nome numa lista. O dinheiro estava ali, mas sem nome na lista, para não ficar marcado. E foi feita essa coleta e levada à família do Sinval enquanto ele estava preso, para acudi-lo na emergência, naquela fase emergencial. E lembro que, conversando com meu pai à época, ele dizia das agruras e das dificuldades de ser preso, principalmente quando preso injustamente, por motivo político. Ele conhecia porque também já havia sofrido prisão política.

E lembrando e comentando em casa, com minha mãe, com meu irmão, do falecimento do Sinval: "Eu acho que tenho uma carta do Sinval". E fomos ver nos guardados de meu pai, que minha mãe preserva. E trouxe. Que beleza! De um coração de um homem digno e honrado. Adversários ideologicamente aqui nesta Casa, mas sabiam cultivar os valores humanos e, principalmente, os valores do coleguismo e da amizade.

Permitam-me, Senhores, passar a ler esta carta de Sinval Bambirra.:

"CPOR, 10 de janeiro de 1965. Sr. Deputado Navarro Vieira, somente agora faço chegar-lhe os meus agradecimentos pela sua ajuda à minha família em hora tão dolorosa e difícil.

Com a cassação do meu mandato, algumas dívidas, sem rendimento de qualquer vintém, preso, e ainda com a família para tratar, fácil é aquilatar o drama que temos vivido.

Formulo a V. Sa. votos de saúde para 1965 e reitero os meus agradecimentos. Abraços do amigo, Sinval Bambirra".

Lastimo as injustiças e louvo o caráter de Sinval e o caráter de meu pai, o sentimento de gratidão, que é próprio das grandes almas. Não é fácil, principalmente, quando se é adversário ideológico, adversário político, adversário no campo das idéias e do voto e das posições políticas externar um sentimento de gratidão. E Sinval, como grande alma, eu sei que recebe de Deus, hoje, as recompensas pelo homem de caráter que foi durante todo o decorrer de sua vida digna.

E só gostaria de acrescentar a isso, na ligação dos dois, que meu pai procurou o Governador, àquela época o Governador Magalhães Pinto, lembrando a ele das dificuldades dos presos e lembrando os tempos que, por ter sido integralista, quando Getúlio Vargas implantou o Estado Novo, que também ele comeu cadeia, também foi preso injustamente, foi tirado e levado de casa de madrugada, e a família não sabia para

onde.... Preocupado, sem saber como estava vivendo a família lá fora, cheia de crianças pequenas, ele, lembrando disso, levou a história a Magalhães Pinto e pedindo que desse um emprego à mulher de Sinval Bambirra. E ela foi contratada, àquela época, pela Secretaria de Trabalho, para que pudesse subsistir durante a prisão e eu acredito, durante o exílio de seu marido.

Felizmente, são coisas passadas. Nós vivemos hoje na democracia que é conquistada a cada dia. Sua falta deixou-nos grandes vítimas no passado, mas felizmente, são páginas viradas, mas que não podem ser esquecidas para que todos nós sejamos sempre atentos à dignidade humana, aos direitos do homem e aos valores da democracia.

Com satisfação, registro esse fato; e, com pesar, lastimo o passamento desse grande homem Sinval Bambirra, que engrandeceu esta Casa.

Concedo aparte à Deputada Jô Moraes:

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Não poderia deixar de cumprimentar V. Exa. por trazer a esta Casa dois fatos fundamentais. Primeiro, a memória desse homem que deu sua vida para enfrentar os desafios das desigualdades; em segundo, esse maravilhoso gesto de solidariedade de dois adversários ideológicos que souberam resgatar o sentimento de humanidade. E, num momento de dificuldades, o pai de V. Exa. soube responder àquilo por que lutava Bambirra: uma sociedade solidária, fraterna e igualitária.

Cumprimento V. Exa. e, em nome do Bloco PT-PCdoB, solicito que seja registrada nos anais desta Casa essa página, porque temos muita honra de ser os continuadores dele.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (concluindo) - Agradeço de coração o aparte da Deputada Jô Moraes, que, de fato, vem dar um fecho de sensibilidade e brilhantismo a esse modesto discurso que tive a oportunidade de proferir. Muito obrigado. Muito obrigado, Deputada Jô Moraes.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Com a palavra o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

A Deputada Maria Tereza Lara - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara (pela ordem) - A companheira Jô Moraes já fez esse pedido, mas quero reafirmá-lo: solicito a V. Exa. que sejam registradas nos anais desta Casa cópia dessa carta e as palavras do Deputado Sebastião Navarro, que tem seguido o exemplo de seu pai. Muitas vezes, em circunstâncias semelhantes de relacionamento entre a situação e a oposição, tem sabido conviver com fraternidade e solidariedade, superando divergências políticas em torno do bem comum.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras da nobre Deputada Maria Tereza Lara.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos e amigas das galerias que nos tem acompanhado, particularmente nesta tarde em que várias matérias de interesse de Minas serão votadas, gostaria de iniciar este pronunciamento transmitindo a todos a minha satisfação, o meu contentamento e a minha alegria maior. Pude participar com vocês, que estão nas galerias, em junho passado, do fórum técnico sobre economia solidária. Confesso a todos que, naquele momento de discussão tão importante para Minas e para a Assembléia Legislativa, fui tomado por forte emoção dentro deste Plenário, para resgatar efetivamente o sentimento de todos, garantindo, assim, que Minas tivesse a sua própria lei de economia solidária.

Naquela tarde, fui ao meu gabinete para começar a rascunhar o que seria bom para vocês e o que seria bom para Minas. Pelas notas taquigráficas, nos depoimentos que aqui foram prestados, que aqui foram trazidos das mais variadas regiões do Estado, pude perceber o sentimento de todos. Em decorrência desse fórum técnico, constatei que, mais que depressa, tínhamos de apresentar a Minas e à Assembléia Legislativa um mecanismo legal e constitucional que garantisse, acima de tudo, emprego a cada um.

Pudemos iniciar nesta Casa esse projeto de nossa autoria, que, com certeza, votaremos em breve, mas que não foi feito somente por nós.

Inicialmente, parabeno a todos que, por meio de discussão muito importante, confortável e oportuna, produziram artigos, lapidando-os de todas formas. Pudemos aperfeiçoá-lo. Tive o prazer de receber em meu gabinete inúmeras correspondências, de ouvir os senhores em várias audiências públicas e de visitar as mais distantes regiões do Estado. O caríssimo Deputado André Quintão e a guerreira Deputada Marília Campos são dois expoentes desta Casa que nos ajudaram a formatar efetivamente o instrumento legal. Certamente, após a sanção do projeto pelo Governador Aécio Neves, os senhores terão o instrumento legal, ou seja, o mecanismo para dar ao seu trabalho sustentação constitucional, jurídica e legal.

A Assembléia Legislativa é muito grata a todos. A informalidade e o avanço extraordinário se repete, construindo e gerando empregos, por meio dessas inteligências iluminadas de Minas Gerais. No decorrer dos anos, por meio da hereditariedade, da família, do coração, da arte e da inteligência, cada um dos senhores traz a Minas Gerais o sentimento maior.

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, sinto-me feliz porque exatamente este Plenário será o palco da aprovação, no 2º turno, desta nossa lei. Foi um tempo recorde de seis meses, desde a apresentação da proposição até a sua aprovação na tarde de hoje. Desejamos retirar os empreendimentos da informalidade. Sabemos que cada um das senhoras e dos senhores tem potencial. Minas Gerais receberá a primeira lei do País que, sem dúvida alguma, é da economia solidária. Há muitos anos os senhores carregam essa solidariedade. Durante essa peregrinação, com a união fraterna de esforços e de espíritos, os senhores sempre aguardaram dos Poderes Executivo e Legislativo o encaminhamento necessário e direto para garantir-lhes o mecanismo que desse suporte à profissão de cada um.

Certamente que, com a sanção desse nosso importante projeto - diga-se de passagem, o primeiro do País -, contando com a colaboração extraordinária da Deputada Marília Campos, do Deputado André Quintão e de todos os companheiros que participaram efetivamente de sua discussão, entregá-lo-emos, a partir de hoje, a Minas. Esse projeto resgatará o sentimento dos senhores e oferecer-lhes-á, acima de tudo, garantias de trabalho e desenvolvimento.

Enalteço, mais uma vez, de maneira muito efusiva, a Deputada Marília Campos, relatora no 1º e no 2º turnos, que, como eu, soube interpretar perfeitamente a aspiração e o desejo de todos. Esse sentimento é traduzido numa cartilha, num mandamento, numa lei que, em breve, será sancionada pelo nosso Governador, garantindo o melhor para Minas e para o Brasil.

Tenho a certeza de que a Assembléia Legislativa está, neste momento, fazendo sua parte. Vocês, desde longa data, estão fazendo a parte de vocês com muito carinho, competência e amor, ministrando a inteligência e o sentimento. Estando todos estes anos nessa jornada, vocês terão

a lei para garantir, com certeza, o trabalho da informalidade. Vamos retirar, acima de tudo, o esquecimento por parte do Estado, do poder público. Daqui por diante, vocês serão consagrados pela lei que será sancionada, garantindo-lhes os direitos, as gestões públicas, as políticas públicas que temos de pregar e exigir do Governo, dos órgãos que irão financiar e que serão gestores de todo esse trabalho, de todo esse mecanismo para que haja desenvolvimento e progresso para todos. Estão de parabéns. Participaram ativamente desse debate. Fico feliz por reproduzir, neste momento e nesta hora, a autoria desse projeto. Quero compartilhar este momento com todos aqueles que nos ajudaram a construir esta lei. Nenhum Deputado consegue fazer nada sozinho. A participação de todos vocês, de todos os Deputados, as discussões trazidas por tantos órgãos importantes para a elaboração desse projeto foram da mais alta importância e do mais alto significado. Ter ouvido vocês e ter sabido interpretar o sentimento de cada um num debate, acima de tudo ético e respeitoso, é a razão maior da minha satisfação. Fizemos disso uma constante, uma peregrinação em nosso gabinete, através de vários debates com outros Deputados desta Casa, e agora estamos conseguindo coroar com êxito esta nossa caminhada.

Outro assunto que me traz à tribuna neste momento é nossa participação, na segunda-feira passada, da instalação do COPAM regional do Sul de Minas, em Varginha. Lá estivemos participando de um importante encontro, no qual, por determinação do Governador Aécio Neves, juntamente com o Secretário de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, iniciamos um marco para o Sul de Minas, com a instalação efetiva do escritório regional da COPAM, que vai resgatar a interpretação dos direitos dos municípios, num bloco de 177 municípios, quanto ao ecossistema, ao meio ambiente, às questões florestais. Esse escritório terá grande importância não somente para a vida do Sul de Minas, mas também para a de todo o Estado de Minas Gerais. Quero resgatar e registrar nesta Casa nossa satisfação por este momento, tão aguardado pelos Prefeitos e pelas comunidades.

São essas nossas considerações, Sr. Presidente, na certeza de que iremos, não somente em Varginha, como também em todo o Estado, garantir o meio ambiente pela educação ambiental, de maneira muito especial, particularmente para o nosso Estado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro, quero cumprimentá-lo como autor do projeto que estabelece o Selo Economia Solidária e também os Deputados que contribuíram para a elaboração desse projeto. A Deputada Marília, nossa companheira, o Deputado André Quintão e também o Fórum Mineiro de Economia Solidária.

Quero cumprimentá-lo por permitir que se ouvissem os segmentos que representam a economia solidária em Minas Gerais. Construiremos em conjunto esse projeto que, ao transformar-se em lei, permitirá que Minas Gerais seja pioneira na valorização da economia solidária.

Com os índices de desemprego que temos, a economia solidária é um caminho para que se gere emprego e renda e as famílias participem disso solidariamente. Não em competição violenta no mercado. É necessário entrosamento e coesão no espírito do cooperativismo. Nossos cumprimentos a todos os que contribuíram com esse projeto.

Temos alegria de estar acompanhando em Betim vários grupos que têm vivenciado a experiência da economia solidária. Muito obrigada.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Muito obrigado. Este é nosso pensamento. V. Exa. pode ter certeza absoluta de que, acima de tudo, foi o espírito da solidariedade que nos fez apresentar esse projeto que breve será aprovado, para o resgate do povo mineiro. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Laudelino Augusto - Mineiros, mineiras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos e cidadãs que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia. Faço um saudação especial aos companheiros representantes das entidades que constituem o Fórum Mineiro de Economia Solidária e que estão na expectativa da votação do projeto do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que teve como relatora a Deputada Marília Campos, instituindo o Selo Economia Solidária e dando outras providências. Saúdo também os companheiros do IPSEMG.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Laudelino Augusto, faço uma saudação aos que nos visitam para acompanhar a aprovação do projeto da economia solidária e aos trabalhadores do IPSEMG, que, mais uma vez, se mobilizam na Assembléia Legislativa, neste final de ano, para a votação dos projetos de interesse do serviço público.

Mais uma vez, os servidores do IPSEMG estão atentos para fazer com que os seus direitos sejam mantidos, a fim de saírem do sufoco, pois, infelizmente, esse instituto tem sido sucateado pela política do atual Governador, Aécio Neves, que não tem lhe proporcionado condições de funcionamento adequado. Os servidores do IPSEMG estão atentos aos seus direitos, cobrando do Governo do Estado um carinho maior no ano que vem, especialmente porque a situação econômica do Estado poderá ficar bem melhor a partir da aprovação da reforma tributária e com o crescimento econômico do Brasil. É preciso que o Governador faça com que o IPSEMG possa funcionar bem, pois é muito útil, especialmente para os servidores públicos que percebem um salário menor. Parabenizo os trabalhadores do IPSEMG e os que nos acompanham na votação do projeto da economia solidária. Muito obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Sendo usuário do IPSEMG há 23 anos, como professor do Estado e, agora, como Deputado, reafirmo as palavras do Deputado Rogério Correia, parabenizando os funcionários desse instituto e agradecendo pelo seu trabalho.

Para fundamentar minha fala, recorrerei a um item da doutrina social cristã: "Ética, Pessoa e Sociedade". (- Lê:)

"A política é, por essência, ética, pois se refere sempre à liberdade e, essencialmente, à justiça. A política não é uma mera arte ou técnica de exercer o poder, mas é o exercício da justiça pública."

Citando Pascal: "A justiça sem a força é impotente; a força sem a justiça é tirânica. É preciso juntar a justiça e a força; para consegui-lo é preciso fazer com que o que é justo seja forte e o que é forte seja justo". No item 139, vemos: "Enquanto a força do poder econômico determinar a política, por meio do financiamento de campanhas, "lobbies", relações privilegiadas, poder de barganha de grupos junto ao governo, etc., a política será fonte de corrupção, injustiça e instabilidade social".

Lançarei mão desses três itens para elaborar meu pensamento. Gostaria de votar projetos produtores, positivos, voltados para a geração de emprego e renda, como o que trata da economia solidária. Vale destacar ainda os da área de agricultura e industrialização e os que se referem ao reconhecimento e à valorização dos funcionários. No entanto, como Deputados, temos também o dever de fiscalizar. Neste ano, parece-me que, mais do que fazermos leis, exercemos a tarefa de fiscalizar. Como membro da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, tenho acompanhado denúncias, que, a cada dia, aumentam.

Farei referência ao que chamo de "ralos da corrupção". Ralo é o objeto por onde sai a água do banheiro. Os "ralos da corrupção" significam o lugar por onde sai o dinheiro público. Diz-se que não há verba para aumentar os salários dos funcionários, melhorar a economia, investir na geração de emprego e renda e nas subvenções sociais, enfim, para atender às necessidades de nosso povo. Alega-se que a arrecadação é pouca, mas o pouco que temos precisa ser bem usado. O uso correto do dinheiro público é fundamental. Estamos identificando alguns ralos por onde escorre o dinheiro público. A imprensa já falou bastante sobre um deles, mas voltarei ao assunto.

Ontem ocorreu mais uma audiência, quando contamos com a presença de contabilista da COMIG, que veio aqui prestar mais algumas informações sobre o caso da Solaris, que adquiriu 2,5% das ações da COMIG em 2001. Respondeu às questões, prestou as informações que estavam a seu alcance. Parece ser uma pessoa séria. Para nós, passou a idéia - a quase certeza - de que houve informações privilegiadas por parte da diretoria. Lógico que isso tem de ser provado ainda. Para tanto, o Ministério Público está trabalhando; todavia, tudo indica que algumas pessoas tinham as informações. A COMIG estava tendo lucro cada vez maior. De repente, efetuou-se a venda para uma empresa das Bahamas, um paraíso fiscal.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Laudelino Augusto, V. Exa. bem sabe que assinei a solicitação de uma CPI para investigar essa matéria. Em que pese a aproximarmos-nos do final do ano, deixo bem clara a minha posição: não se varre sujeira para debaixo do tapete.

Se há algum indício de sujeira, é nosso dever apurar. Felizmente está sendo resgatada a credibilidade do Legislativo no País. Verificamos, em recente pesquisa, que, dos três Poderes, o Legislativo demonstrou ser o que hoje apresenta a maior confiabilidade por parte da população. E temos o dever de, diante de indicativos de improbidade com o dinheiro público, num passado não muito distante, nos debruçarmos sobre a matéria.

Estarei ao lado de V. Exa. e dos demais Deputados desta Casa. Tenho a certeza de que o Deputado Mauri Torres haverá de dar o encaminhamento adequado para formarmos, se necessário, uma comissão especial e, se configurados os indicativos de malversação do dinheiro público, uma CPI, para que não convivamos com a impunidade e principalmente para que Minas Gerais possa manter sua dignidade. Esta Casa deve dar o exemplo.

Parabenizo V. Exa. por estar abordando esse assunto. Estarei firme na defesa da moralidade e da ética, nosso dever nesta Casa.

O Deputado Laudelino Augusto - Agradeço o aparte, Deputado Domingos Sávio. Hoje, pela manhã, em nossa oração parlamentar, juntamente com os Deputados Miguel Martini, Domingos Sávio, Padre João e outros, a leitura da palavra de Deus dizia que quem pratica o mal odeia a luz, para que suas obras não apareçam, mas quem gosta da verdade, aproxima-se da luz. E o que queremos é acender uma luz nessa situação tenebrosa.

Ontem foram dadas algumas explicações, mas eu lembrava que o caso da Solaris envolve cerca de R\$1.100.000,00 de dinheiro público que teria sido repassado para essa empresa. Temos também as obras que foram financiadas com dinheiro da COMIG, cerca de R\$62.000.000. Por isso, solicitamos a CPI. Não estamos mais buscando assinaturas, continuam as 40, mas outros três Deputados já se prontificaram a assinar o documento, para que possamos apurar e não deixar que vá para debaixo do tapete alguma coisa errada.

Ontem o Governador assinou a lei, que já está valendo, que cria a CODEMIG. Precisamos de uma companhia de desenvolvimento, mas não podemos deixar nada para trás, até para que não tenhamos dúvidas sobre a CODEMIG.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - V. Exa. tem buscando clarear essa situação obscura da Solaris, quanto aos investimentos que fez, sem sabermos quem são seus donos. Por isso, a CPI se faz necessária. Tudo o que foi solicitado, até o momento, não esclareceu quem são os proprietários, para quem foi o lucro. A empresa existe, mas não é pessoa física a utilizar os bens a partir dos lucros. Trata-se de dinheiro público, e temos de fiscalizar.

Só por meio de uma CPI teremos condições de transpor esse bloqueio, essa obscuridade de não saber, como ninguém sabe, quem são as pessoas que estão por trás dessa empresa, dos paraísos fiscais, que abocanharam um lucro extraordinário de uma forma que não podemos aceitar como lícita.

Parabenizo-o pelo seu pronunciamento e quantas vezes falar sobre esse assunto, estaremos dando respaldo a V. Exa., timoneiro dessa ação. É função de todos nós sermos parceiros no esclarecimento desse prejuízo sofrido pelo povo e pelo Estado de Minas Gerais.

O Deputado Laudelino Augusto (continuando) - Obrigado, Deputado Doutor Viana.

Lembro, mais uma vez, a frase do Presidente da COMIG, que tem sido parceiro e nos ajudado nas investigações, que disse, em nossa audiência pública: "O Governador achou por bem suspender todos os convênios da COMIG, exatamente pela pouca transparência, e providenciou a criação da CODEMIG".

Usando a mesma frase do Governador, mudando apenas algumas palavras, diria: "os Deputados acham por bem continuar as investigações sobre a COMIG devido à pouca transparência e providenciam uma CPI". Estamos aguardando a criação.

Outro "ralo" de corrupção é o fundo SOMMA. Houve uma CPI na gestão passada, cujo resultado foi enviado ao Ministério Público. Prefeituras que apresentaram irregularidades continuam tomando empréstimos do fundo SOMMA. O BDMG empresta, mas não acompanha, e o mesmo ocorre com a COMIG. Estamos preocupados, pois isso é dinheiro público. Das 10 cidades fiscalizadas "in loco" pelos Consultores da Assembléia, nove apresentam irregularidades.

A questão do FUNDEF é muito séria. Os conselhos de acompanhamento do FUNDEF quase não funcionam nos municípios. Os que possuem, parece que só assinam. Testemunhas afirmam que o Prefeito ou alguém da administração vai às casas das pessoas para que elas assinem o relatório, o parecer do FUNDEF. A verba destinada à educação (25%) acaba sendo desviada para outras atividades ou para interesses particulares e de grupos. Há indícios de que é verba do FUNDEF. Mês passado foi publicado no jornal: "Cassação de Prefeitos em todo o Brasil por irregularidades no uso do FUNDEF".

O Instituto de Tecnologia Aplicada à Informação - ITEAI -, com sede em Brasília, está vendendo serviço para as Prefeituras na área de educação, como alguns "softwares". Empresta computadores, faz um curso para monitores e durante dois anos prestaria aquele serviço na área educacional.

Há levantamentos, provas e um parecer de técnicos de que esses "softwares" são fajutos, não têm o poder que dizem que têm. Custam R\$1,99 e são vendidos a R\$300.000,00, R\$400.000,00, R\$800.000,00. Cobra-se de acordo com o tamanho da Prefeitura.

Martinho Campos, em Minas Gerais, teve seu Prefeito cassado por causa dessa negociação. Leme e Pirassununga, em São Paulo, também tiveram seus Prefeitos cassados. Em Minas Gerais, vários Prefeitos estão sendo processados, como os de Paracatu e de Cambuí. Não citarei outros nomes porque ainda estão em processo de investigação. Esses municípios são pobres, não têm dinheiro para o básico. Algumas licitações tiveram o edital forjado, e, na maioria das Prefeituras, não foram sequer feitas. Há a alegação de que a lei permite quando há notório saber.

Alegam que o ITEAI é de notório saber. Está comprovado que isso não é verdade. Várias empresas têm esse tipo de serviço. Essa alegação é desculpa para que licitações não sejam realizadas. Preços altíssimos são superfaturados. Em Minas Gerais são 48 municípios. Todos são pobres. Espero, em breve, trazer mais dados para que o povo mineiro tome conhecimento das Prefeituras envolvidas nesse esquema, as que compraram não computadores, mas serviços. Os computadores são considerados empréstimo. Fizemos os cálculos: se vendessem os equipamentos, o preço ainda estaria superfaturado. Por exemplo, no caso de Paracatu, se calcularmos todos os gastos envolvidos, o total será de R\$255.000,00, mas pagaram com o dinheiro suado do povo daquela cidade a quantia de R\$675.000,00.

Há indícios de que parte desses recursos é devolvida imediatamente ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Educação. Descobrimos algo interessante: as Secretarias Municipais de Educação, em sua grande maioria, são dirigidas por mulheres. Isso é positivo. Ao tomarmos conhecimento dos nomes envolvidos - claro que uma coisa não tem relação com a outra -, encontramos esse fato interessante. A mulher está ocupando cada vez mais seu espaço. Está correto. No próximo ano teremos eleições municipais. Quem sabe mais mulheres ocuparão cadeiras nas Câmaras Municipais?

Aquele instituto, que se diz de notório saber, está respondendo a vários processos. Estamos muito preocupados. Faça essa denúncia para que as cidadãs e os cidadãos de Minas acompanhem os acontecimentos. Todos têm direito de conseguir os documentos necessários para saber se a sua cidade está sendo usada. Geralmente, são verbas da FUNDEF, destinadas à área da educação. O "software" também é de educação, há nomes como Projeto Despertar e outros.

Estamos de posse do estatuto de criação do ITEAI. É algo montado. Aqui, temos a sua revisão. A Procuradoria de Justiça de Paracatu apresentou denúncia contra o Prefeito. A população de Cambuí está fazendo mobilizações para que os fatos sejam apurados. Aquele pequeno município do Sul de Minas, com grandes possibilidades de crescimento, tem seus recursos desviados dessa forma. Sua administração terá direito a ampla defesa. Esse é um grande esquema. Mais de 100 municípios brasileiros fizeram negócios com aquele instituto. Em Minas Gerais, são 48 cidades.

Licitações, como as do lixo, são outros ralos de corrupção e desvio de dinheiro público. Para que uma firma colete lixo e o jogue em lixões, e não em aterros sanitários, os editais são forjados. Por exemplo, são colocados vários itens, mas apenas alguns são cumpridos. Alegam que não foram cumpridos por falta de ordem de serviço. Na BR-383, no trecho Maria da Fé-Cristina, deveriam ser construídas pontes metálicas. A empresa alega que não houve a ordem de serviço, mas a houve, sim; o empenho e o pagamento foram executados. Temos a nota fiscal, mas não temos a ponte.

No último final de semana estivemos no Sul de Minas, participando da solenidade de inauguração da 3ª Vara da Justiça no Fórum de Itajubá. O povo da região está muito feliz, porque espera que os processos judiciais sejam agilizados. Conversando com Promotores e Juizes dessa comarca, tivemos notícias da Rodovia Maria da Fé-Cristina, também financiada pela COMIG. Foi dada a sentença para que a empresa tenha a obrigação de fazer as reformas emergenciais dentro de 60 dias. Passamos por alguns trechos em que não há nem sequer vestígios do asfalto. E só faz dois anos e meio que a obra foi inaugurada, com a presença do Governador e do Vice-Governador. Hoje, a situação é lastimável.

Quanto à renúncia fiscal, aspecto abordado nesta reunião, podemos até dizer que não é uma forma de corrupção, mas é privilégio e barganha de poder, como diz o documento da doutrina social cristã. Já apresentamos um requerimento, Sr. Presidente, solicitando informações sobre o assunto. É preciso arrecadar mais; porém, é necessário diminuir essa vantagem. O Deputado Alberto Bejani citou hoje, nesta tribuna, o caso da Mercedes-Benz de Juiz de Fora, uma das empresas favorecidas por esse sistema. Acreditamos que os incentivos eram importantes no primeiro ano da sua instalação, porque o empreendimento gerou empregos e aumentou a arrecadação do Estado. E depois?

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Nessa questão da Solaris e da antiga COMIG, estamos de mãos dadas com V. Exa. Juntos, podemos trazer esse assunto à discussão e fazer uma investigação mais rigorosa. Quem sabe não descobriremos fatos que o próprio Ministério Público não conseguiu descobrir, como, por exemplo, quem são os sócios dessa empresa? Eles não querem nem sequer receber o dinheiro que está no Banco. É claro que existe algo tenebroso, além de tudo o que V. Exa. tem citado, como obras superfaturadas ou inexistentes, enfim, todo esse estado de escuridão. Temos a certeza de que o Governador tem interesse em esclarecer a questão; aliás, declarou que se sente incomodado com o que está ocorrendo. O que houve no passado precisa realmente ser verificado, até para que os erros não se repitam. A Lei de Responsabilidade Fiscal coibiu certas irregularidades.

De fato, esperamos que a reforma tributária ocorra. O Congresso agora fala em proposta de emenda à Constituição paralela, ou seja, isso não será resolvido agora, mas esperamos que essa guerra fiscal termine. Não faz sentido algumas pessoas serem beneficiadas e os Governos Federal, Estadual e Municipal ficarem, de certo modo, constrangidos, porque, se um não faz, o outro faz. Precisamos pressionar os parlamentares federais, para que a guerra fiscal acabe. Parabéns a V. Exa! Obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Agradeço o aparte e fico feliz em saber do apoio do Governador para que se apurem as questões relacionadas com a COMIG. Portanto, a base governista irá apoiar à CPI.

Concluo, relendo um trecho do documento "Ética, Pessoa e Sociedade", da doutrina social cristã: "A política é, por essência, ética, pois se refere sempre à liberdade e, essencialmente, à justiça. Política não é mera arte nem técnica de exercer o poder, mas o exercício da justiça pública". Santo Agostinho, muito oportunamente, declarou: "Removida a justiça, o que são os reinos, senão um bando de ladrões?". Compete a nós trabalhar para que haja a justiça social. Os três chamados "Poderes" devem se preocupar em fazer política como exercício da justiça pública. Por fim, Paschal disse: "É preciso fazer com que o que é justo seja forte, e o que é forte seja justo". Fomos eleitos para isso. O que é justo deve ter força e poder e prevalecer na história. O que é forte deve ser justo, e não tirânico. Estamos juntos, unidos pela justiça. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Serei breve, pois desejo apenas orientar a Bloco do PT-PCdoB quanto ao meu voto, favorável à modificação da lei que criou o Fundo de Desenvolvimento do Jaíba. Esse projeto é importante. É preciso fazer readequações, para que vá pra frente. Os pequenos produtores têm muitas dificuldades de subsistir no interior do que é hoje o Fundo do Jaíba. Esse projeto promove adequações que darão melhores condições para o pequeno produtor do Jaíba. Então, encaminho favoravelmente.

O Deputado Carlos Pimenta - Chamo a atenção dos Deputados para a importância desse projeto. Faço um apelo à Presidência, à Mesa, às Lideranças, em especial ao Deputado Rogério Correia, Líder da Oposição, a fim de encontrarmos para o 2º turno uma oportunidade de criar ou instituir e oficializar o fundo de aval. Por várias vezes, digo que não adianta revigorarmos o fundo pró-desenvolvimento do Jaíba sem que as nossas atenções estejam voltadas para o pequeno produtor que ali se encontra. Há 1.600 pequenos produtores, dos quais 900 estão inadimplentes e não possuem o título de terra e a documentação oficial para adquirir qualquer empréstimo junto às instituições oficiais bancárias. Há dois anos tentamos a criação do fundo de aval.

Deputado Rogério Correia, para cada real que o Estado apresente como aval, o Banco do Nordeste garantiu que liberará R\$10,00. O Estado precisa tornar disponíveis R\$2.000.000,00 - dinheiro que já existe no BDMM - para receber, em contrapartida, R\$20.000.000,00 e regularizar a situação de 900 pequenos produtores rurais inadimplentes no Jaíba.

Peço a V. Exa. e ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, que nos reunamos amanhã junto com a Procuradoria do Estado para

oficializar o fundo de aval. Do contrário, criaremos um fundo pró-desenvolvimento que não funcionará, apenas atenderá à parte empresarial do Projeto Jaíba, ou seja, a quem tem dinheiro para investir. Dessa maneira, estaremos literalmente nos esquecendo dos pequenos produtores, da parte social do Projeto Jaíba, das pessoas assentadas há tantos anos, que não têm sequer a documentação da terra.

Volto a insistir, a Assembléia Legislativa aprovará um projeto inócuo se não voltarmos as nossas vistas para os pequenos produtores. Oportunamente apresentaremos, com a assinatura de todas as Lideranças, num Acordo de Líderes, uma emenda criando um fundo de aval, para que tenhamos acesso aos recursos do Governo Federal. Muito obrigado.

A Deputada Marília Campos* - Quero cumprimentar os representantes do Fórum Mineiro de Economia Solidária, a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS -, o Movimento Graal do Brasil, a Cáritas Regional de Minas Gerais, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST -, a Associação de Trabalho e Desenvolvimento Social - ASSTRAS e Sateli -, e a Associação Civil Comunitária de Microcrédito - BANPOP -, fazendo um destaque especial a todos os que estão aqui do núcleo de produção do BANPOP, que hoje deixaram sua produção para assistir à votação deste projeto. Em particular, quero cumprimentar o companheiro Marcelo D'Agostini, que é da Diretoria do BANPOP. Juntos, dirigimos o Sindicato dos Bancários - primeiro ele, depois eu, na Presidência. É um prazer tê-lo aqui, companheiro Marcelo, com o núcleo de produção do BANPOP.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse projeto foi uma parceria muito importante realizada com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que apresentou um projeto nesta Casa garantindo o Selo Economia Solidária. Realizamos um debate na Comissão de Participação Popular e na Comissão do Trabalho, e, como relatora, acredito que contribuí muito com esse projeto, porque apresentava o selo que se transformou em uma política de fomento à economia solidária.

Sr. Presidente, realizei essa discussão com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e só foi possível apresentar esse projeto à Casa porque contamos com a Comissão de Participação Popular, cujo Presidente é o Deputado André Quintão, e com os representantes do Fórum Mineiro de Economia Solidária. Depois da aprovação do projeto e da sanção do Governador, Minas Gerais será o único Estado que disporá de uma política de apoio à economia solidária.

Discutimos muito sobre macroeconomia. Ressalto que essa discussão dos grandes projetos de desenvolvimento econômico e social para o nosso País é fundamental. A discussão estratégica em nível nacional do microcrédito, da economia solidária e da agricultura familiar é necessária, porque essas são importantes modalidades para se conseguir uma estratégia de desenvolvimento econômico sustentável. A economia solidária possui a modalidade de compor um projeto estratégico de desenvolvimento econômico nacional, de que agora disporemos no Estado.

Sinto-me gratificada por ter apresentado essa contribuição, enquanto relatora, ao projeto do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Gostaria de contar com a participação de todos os presentes. No dia em que esse projeto for sancionado, gostaria de contar com a participação de todos os presentes, porque essa contribuição é muito importante para Minas Gerais. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Com o mesmo sentimento da Deputada Marília Campos, estou chegando ao ponto final desse projeto, que trouxe a esta Casa uma reflexão muito importante.

A partir de hoje, com certeza, teremos a primeira lei da economia solidária em homenagem a todos os que, desde o fórum técnico realizado em junho, por intermédio do Deputado André Quintão, da Deputada Marília Campos e de todos os segmentos, órgãos e ONGs, participaram ativamente na construção desse projeto, que será um grande avanço para Minas Gerais e para o Brasil. Contamos com o apoio de todos.

Mais uma vez, agradeço à caríssima Deputada Marília Campos, ao Deputado André Quintão e a todos os assessores que contribuíram efetivamente na construção desse primeiro projeto de Minas para o Brasil. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

114ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 18/12/2003

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores que nos vêem pela TV Assembléia, este é, com certeza, meu último pronunciamento neste ano de 2003. Quero aproveitar para abraçar todos os mineiros, desejar um feliz Natal e um ano novo com muita paz. Que o amor de Cristo aqueça neste ano de 2004 todos os nossos corações.

Vimos fazer um apelo público ao Governador Aécio Neves para que decrete estado de calamidade pública em nossa região.

A seca aumentou consideravelmente. A pobreza e a miséria estão acelerando o êxodo rural, e as conseqüências para cidades como Montes Claros têm sido dramáticas, uma vez que a população procura naturalmente a cidade-pólo.

A verdade é que tem chovido pouco, em plena época das chuvas: em setembro, 35,2mm³; em outubro, 65,8; em novembro, 79,6, para uma média histórica de 95,0mm³ nesse mesmo período. Dos 32 rios e córregos perenes, 24 secaram no Norte de Minas. Secaram também barragens, poços tubulares e açudes e tanques. Há diversos equipamentos de irrigação paralisados, porque não há água na região. Há comunidades inteiras sem um copo d'água. Outras tantas têm água racionada.

A temperatura também chega a níveis alarmantes, e o excesso de calor faz evaporar mais água. A seca é avassaladora. A pecuária definha: há uma redução de 60% na capacidade de suporte de cabeças por hectare.

É crítica a produção de leite e a de carne. Aquela reduziu-se em 54%, esta em 46%. O frigorífico de Janaúba, recentemente reinaugurado com o esforço do Governo do Estado, já está fechado e já demitiu mais de uma centena de funcionários: não há carne produzida na região.

Existem 326 poços perfurados sem serem equipados. Há demanda por mais 743 poços, 60% dos municípios estão em estado de emergência e 46% em estado de calamidade pública.

Esse é o resultado de uma política clientelista e de trabalho político que apenas constata o óbvio. Urge ação imediata, prioritária e sistemática

para atender às necessidades básicas da população e traçar caminhos que nos levem à justiça social.

A safra agrícola de 2003 e 2004 terá a drástica redução de, no mínimo, 50%. Quem plantou na primeira chuva está colhendo o prejuízo, porque perdeu trabalho, semente, adubo. Só não perdeu a crença na agropecuária. O Programa de Incentivo à Cultura do Algodão - PROALMINAS - está seriamente ameaçado; prevíamos um aumento de 33% na safra 2003-2004.

Até hoje, a precipitação média da região é de 52mm, metade do que precisamos. Essa dádiva que a natureza nos oferece é muito pouco para a nossa sobrevivência. Essa mesma natureza, este ano, tem-nos dado chuva em áreas isoladas e de forma concentrada, despejando grandes volumes em pouco espaço de tempo. Como não temos barragens, a água vai impunemente embora, deixando para trás rastro de terra lavada, seca e inútil para a agricultura. Após o período da seca esperada, no inverno, sobreveio novo período de seca, na época das chuvas. É dramática a situação.

Urge que a CEDEC, braço executivo do Governo Estadual, no combate às conseqüências da seca, ajude-nos a conviver com esse drama, que mais uma vez se abate sobre a nossa região. Trata-se de uma emergência. Insistimos na construção de caixas-d'água com coleta de água pluvial nas residências, barragens para alimentar o lençol freático, açudes, tanques e pequenas barragens para perenizar rios e córregos.

Acabo de receber documento da AMAMS contendo relação de ações a serem realizadas na região, em caráter emergencial, mas que possibilitarão, de uma vez por todas, sobrepor-nos aos efeitos devastadores da seca. Passo agora a ler essas ações, que nos proporcionarão conviver de maneira decente e inteligente com a seca:

"A.1 - Que a CONAB disponibilize o transporte de 660.000t de milho do estoque regulador para venda-balcão na CASEMG Montes Claros, para atendimento dos produtores rurais. A.2 - Garantia e liberação imediata, pelos agentes financeiros judiciais do crédito de emergência. A.3 - Prorrogação, por no mínimo um ano, do vencimento dos financiamentos rurais, seja qual for a fonte de recurso. A.4 - Para a agricultura familiar, que o Governo do Estado assuma a contrapartida de 10%, cobrindo a participação dos agricultores e da parcela de responsabilidade dos municípios em situação de emergência, no programa Garantia Safra 2003-2004. B - Abastecimento e distribuição de água. B.1 - Renovação dos contratos da COPASA e do exército, que expiram em dezembro de 2003, para atendimento com carro-pipa à população alvo. B.2 - Alocação de recursos para a CODEVASF perfurar 400 postos tubulares e equipar 326 já perfurados e implantação de 100km de adutoras. São necessários R\$10.000.000,00 para os poços e R\$4.000.000,00 para as adutoras. B.3 - Em razão da gravidade dos prejuízos regionais, urge a realização de audiência pública na cidade de Montes Claros com o Grupo Multiinstitucional de Ação Estratégica para Abastecimento de Água no Norte de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento e Política Urbana."

Gostaria de passar aos Deputados e Deputadas o que encontrei ontem no jornal "Hoje em Dia", mostrando que o nosso Governo Federal tem condição de fazer frente ao problema vivido pelo Jequitinhonha. Esse jornal diz o seguinte: "O Governo Federal executou apenas 10,34% da previsão orçamentária para 2003".

Se executou apenas 10,34% da previsão orçamentária para 2003, subentende-se que o restante está depositado nos cofres da União, ou seja, praticamente 90% do orçamento ficou retido. Sendo assim, com certeza, a União terá condições de fazer frente a essa necessidade, para que, finalmente, o Norte de Minas e o Jequitinhonha conheçam dias melhores.

Esse mesmo jornal nos fala que, do Ministério dos Transportes, apenas 7,18% do orçamento foi executado; da Assistência Social, executou-se somente 0,18%; do Turismo, apenas 1,23%; dos Esportes, 0,3%; da Fazenda, 22%; da Educação, apenas 19%; de Ciência e Tecnologia, 22,5%; e do Supremo Tribunal Federal, 24%. Esses dados levam-nos a supor que os cofres da União têm bastante condição de fazer frente à situação que vive o Norte de Minas.

Sei que o Estado, em função da excessiva e histórica concentração de recursos na União, pouco pode fazer, mas o Governo Federal pode. Precisamos que o Governador nos ajude a convencer o Ministro Ciro Gomes e o Vice-Presidente José Alencar, que tão bem conhece esse drama - eu diria que conhece na própria pele a situação da seca no Norte de Minas -, a viabilizarem ações necessárias a garantir a inclusão de todo o Norte de Minas e o Jequitinhonha na região do semi-árido, na SUDENE.

Essa não-inclusão é prova da injustiça que vem sendo cometida com nosso pedaço de chão, uma vez que todo o Norte e o Jequitinhonha apresentam a mesma característica do semi-árido nordestino.

Acredito na sensibilidade de nosso Presidente, que conhece a exclusão social, conseqüência da seca. Confio também na capacidade de convencimento, de administrar com maestria e no potencial de articulação de nosso Governador, que tem no semi-árido mineiro berço de seu lado paterno. As ações que levarão ao desenvolvimento sustentável, desta vez certamente serão praticadas. Tenho certeza de que, pelas mãos desses dois governantes, nossa região, maltratada pela política e oprimida pela história, transformar-se-á em Fênix. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Deputado Federal Cabo Júlio, que visita a Assembléia nesta oportunidade, senhoras e senhores das galerias e telespectadores da TV Assembléia, nossa presença na tribuna nesta tarde tem o objetivo de trazer uma breve discussão sobre o ano legislativo que se aproxima do encerramento. É importante que, nesta oportunidade, possamos realizar um balanço dos principais acontecimentos de 2003.

Iniciamos o ano de 2003 com chuvas e com um grande déficit orçamentário, que agravou muito a situação de Minas Gerais. Entramos no ano com um déficit nas contas do Estado da ordem de R\$2.400.000.000,00, com uma dívida flutuante de R\$5.000.000.000,00 e com uma dívida de precatórios de R\$12.000.000.000,00, em um cenário absolutamente obscuro para o povo mineiro.

Porém, temos de destacar a coragem, a competência e a coerência com que o Governador do Estado, Aécio Neves, enfrentou essa situação. Ao assumir o Governo, realizou exatamente o que havia prometido ao povo mineiro e o que determinara em seu plano de Governo. Iniciou a sua administração com determinação e coragem, apresentando a esta Casa a reforma administrativa, muito combatida aqui.

Ao aproximar o final do ano, é preciso dizer que o Governador estava certo, porque a sua política austera resultou, entre outras questões, no pagamento integral do 13º salário no último dia 15 de dezembro, resgatando o que era obrigação de todos os Governos e orçamentos. No final dos últimos 14 anos, sempre houve uma novela para o pagamento do 13º salário. Adotando uma política séria, correta e austera, com a parceria da Assembléia Legislativa, o Governador tornou possíveis os avanços no campo da reforma administrativa.

É importante destacar ainda o elevado padrão moral que o Governador Aécio Neves levou ao seu Governo e a postura ética adotada em sua administração pública. Temos a convicção de que o Governo Aécio Neves passará, mas jamais retrocederemos, porque as políticas implementadas certamente transporão as fronteiras da sua administração, como a questão da avaliação de desempenho e tantas outras que inseriu nas políticas públicas do Estado. Em seu mandato como Presidente da Câmara dos Deputados em Brasília, já adotara uma nova visão de

imunidade parlamentar e lançou o pacote ético. Há ainda avanços importantes a serem capitalizados pelo Governo. A recém-promulgada lei da parceria público-privada e a CODEMIG são medidas que trazem milhões de novos investimentos para o Estado e geram milhares de empregos.

Há de se destacar ainda a política de Minas Gerais, tão decisiva e voltada para as grandes decisões do plano federal, graças à forma coerente, correta e dedicada com que o Governador Aécio Neves tem administrado o Estado, inserindo-o no centro das decisões da política nacional.

Por outro lado, é necessário e imperativo registrar que, na contramão da história, o Governo Federal, dirigido pelo PT, está no caminho contrário, ou seja, da incoerência, porque está aplicando em sua política exatamente o contrário daquilo que pregou na campanha eleitoral.

É importante destacar - talvez seja um dos pontos mais graves - que o PT tem recheado sua conta bancária graças ao enorme volume de recursos públicos retirados dos salários daqueles que foram nomeados, como é o caso dos funcionários públicos da máquina administrativa. Deputado Biel Rocha, na nomeação, considerou-se muito mais a questão política que a técnica, visando manter as contas recheadas, a fim de financiar as campanhas públicas.

Há ainda outra denúncia grave a ser feita, Sr. Presidente. Estamos assistindo ao desmonte dos municípios por todo o Brasil. Em mais de 5 mil municípios, o FPM tem caído drasticamente. Não nos ocorre outro entendimento a não ser o fato de que o Governo Federal tem pouquíssimos Prefeitos pelo Brasil. Trata-se de verdade indiscutível. O Governo está querendo desmontar a atual estrutura, reduzindo o FPM e colocando os Prefeitos em terrível desgaste, pois enfrentam dificuldades, inclusive quanto ao pagamento do 13º salário. Com isso, o PT visa chegar à eleição para Prefeito no próximo ano.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Queria que V. Exa. informasse ao Plenário, aos Deputados e aos telespectadores da TV Assembléia de quanto foi o repasse do FPM este ano, comparando com o do ano passado. Houve algumas vantagens. Se V. Exa. não tiver as informações corretas, eu as tenho e posso falar sobre elas. São pouquíssimos os municípios deste País cujo repasse foi inferior ao de 2002. Como V. Exa. pode cometer uma maldade dessa, fazendo uma acusação leviana? Os dados concretos, as informações, os números mostram que, até o mês de outubro, os municípios já haviam recebido 3%, 4% e alguns chegaram a receber 20% a mais de repasse do FPM em relação a 2002. Ressalto que alguns municípios ainda não receberam tudo. Essa afirmação só tem sentido se baseada em cálculos, informações. Caso contrário, torna-se falsa e perigosa. Em muitos pontos podemos ser contra o Lula, como em muitos outros somos contra o Aécio. Porém, é preciso trabalharmos tendo como base dados verdadeiros, concretos. Vamos estabelecer nossa diferença não apenas no âmbito dos discursos, mas principalmente de fatos concretos. Caso contrário, não avançaremos na construção do Estado democrático de direito e de justiça que todos desejamos.

O Deputado Zé Maia* - Deputado, o julgamento é do povo. Os Prefeitos de todo o Brasil têm seus números. A verdade é que o FPM de todos os municípios do Brasil, salvo raras exceções, teve seu valor diminuído. Esse fato está desgastando os Prefeitos e, evidentemente, abrindo caminhos para que o PT possa eleger seus Prefeitos nas próximas eleições. Essa é uma denúncia grave. Os números estão na Internet. O julgamento é do povo e dos Prefeitos, que estiveram ontem em Brasília participando de uma grande marcha, em que reivindicam a recomposição do FPM.

O Deputado Biel Rocha (em aparte) - Agradeço-lhe o aparte. Pela segunda vez, um Deputado do PSDB sobe à tribuna e expõe, de maneira equivocada, algumas questões. Refiro-me ao repasse de percentual dos salários dos Deputados, dos Vereadores e dos Governadores do PT aos cofres do partido. Desde sua criação, em 1979, consta no estatuto do partido que o filiado que exerce mandato eletivo, de Vereador a Presidente da República, é obrigado a contribuir para o partido. Isso faz parte da nossa história e sinaliza para a população brasileira a independência do PT, que não depende de banqueiros, de grandes empreiteiras nem de grandes fazendeiros, setores que, aliás, sempre controlaram a política no interior. Essa foi uma forma de o PT buscar sua independência, sua autonomia. Hoje quem mantém o PT são seus filiados e aqueles que exercem mandato. O meu mandato e o dos meus companheiros são do PT.

Do meu salário, 20% são descontados em folha para os cofres do PT, assim como ocorre com o salário do Presidente da República. Isso nos orgulha muito, pois é com nosso dinheiro que o partido faz seu trabalho. Não é com recursos públicos, mas com nosso salário, mediante nossa anuidade. Fomos para o PT sabendo disso. É importante que os amigos que nos visitam e que os telespectadores da TV Assembléia tenham ciência disso.

O Deputado Zé Maia* - Deputado Biel Rocha, não temos nada contra os Deputados do PT fazerem essa doação; mas, no ano passado, o orçamento do PT foi de R\$24.000.000,00 e, neste ano, com o Presidente Lula na Presidência da República, aumentou em R\$80.000.000,00. Somos contra o aumento das nomeações de pessoas do PT para cargos públicos federais remunerados com o dinheiro do povo brasileiro, a fim de que possam contribuir para o partido. Esse é o grande desvio que o PT está fazendo.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - O Deputado Zé Maia já disse tudo. Iria completar a fala de V. Exa. e rebater o que foi dito pelo Deputado Biel Rocha. Nós, Deputados opositores ao Governo Federal, não estamos criticando a questão de Vereadores, Deputados, do próprio Presidente, de repassar parte de seu salário para a caixinha do PT, mas sim cerca de 23 mil cargos no País, do Governo Federal, se não me engano, 90% deles, serem ocupados por petistas, com o único objetivo de fazer triplicar a arrecadação e o faturamento do PT, para que se torne imbatível em seus objetivos e em sua corrida para o controle do País.

Parabenizo V. Exa. pelo belo pronunciamento. O povo brasileiro, após este ano de Governo PT, na esfera federal, e de um ano do PSDB, do Governo Aécio Neves, tem visto a diferença entre o discurso opositor do passado do PT - discurso ilusório, mentiroso, irresponsável - e a administração estadual. O Governador Aécio Neves pegou o Estado praticamente falido, num período de insolvência, e tem feito grandes melhorias em pouco tempo. Conseguiu, depois de 15 anos, pagar o 13º salário aos funcionários públicos em uma única parcela, o que já demonstra que Minas está no caminho certo e será, dentro de três anos, o grande Estado desta Nação.

Já o Presidente Lula falava contra o índice de 27,5% do Imposto de Renda, mas votou a favor dele, pedindo que fosse mantido. Quanto à CPMF, o PT foi o primeiro partido a questioná-la. No que se refere ao FMI, subiram o superávit para 4,25, muito além do que o FMI pedia. Vemos as contradições, o que é muito bom, porque a população brasileira chegou ao auge de sua consciência política e não mais acreditará em santo milagreiro, em propostas irresponsáveis e mentirosas.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Conte com o PFL, estamos de olho no Governo do PT, em Brasília, que só sabe criar caso e ministérios. Criou o Ministro de Pesca ou de não-sei-o-quê. Muito obrigado.

O Deputado Zé Maia* - Agradeço ao ilustre Deputado Gustavo Valadares. O dinheiro do povo brasileiro está sendo, entre outras coisas, para pagar R\$150.000,00, valor do aluguel do local onde o PT promoveu a reunião em que expulsou alguns Deputados do partido.

A CPMF, a taxa dos inativos, o COFINS, que subiu de 3% para 7,6%, aumentaram em R\$5.000.000.000,00 a arrecadação do Governo Federal. Elevaram a carga tributária brasileira, ao contrário do que foi dito aqui.

Ao final deste ano legislativo, queremos dizer que, se de um lado tivemos a coerência do PSDB, em Minas, do PSDB e do PFL, no Congresso Nacional, fazendo uma oposição construtiva e produtiva para o Brasil, não vimos, no PT desta Casa, a mesma coerência e vontade de construir um Estado melhor para o povo mineiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs que nos acompanham nas tribunas desta Casa, imprensa presente, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, é inevitável e necessário que, neste momento em que se aproxima o final do ano, façamos um balanço para refletir sobre o que fizemos e o que ainda haveremos de fazer e, especialmente, prepararmos espiritualmente para o Natal e para um ano-novo que, com certeza, desejamos que seja melhor do que 2003, que foi um ano de dificuldades. Naturalmente, são as dificuldades que nos fazem crescer, por meio do processo de luta para superá-las e construir um mundo melhor.

Este primeiro ano de trabalho nesta Casa muito nos ensinou. Foi um ano extremamente produtivo, pois estivemos presentes em praticamente 100% das sessões ordinárias e extraordinárias, salvo em algumas situações perfeitamente justificáveis, a grande maioria delas a serviço desta mesma Casa.

Logo no início do ano, enfrentamos o desafio de uma reforma administrativa, uma vez que o Governo do Estado tinha o desafio de reorganizar suas finanças e seu quadro funcional. Tive a grata satisfação de ser conduzido pelos membros desta Casa à condição de Presidente da Comissão de Administração Pública. Debates com centenas de servidores públicos por intermédio de suas lideranças, que participaram da audiência pública em nossa comissão. Fui o relator de vários dos projetos - procurando aperfeiçoar o texto enviado - que garantiram aos servidores a possibilidade de sua valorização, com premiação por produtividade. Lutamos e conseguimos que nenhum dos direitos adquiridos pelos servidores, ao longo de sua história de luta, fosse prejudicado. Portanto, foi uma reforma que estabeleceu um novo horizonte, uma nova perspectiva, sem retirar aquilo que já havia sido conquistado.

Relatamos projetos importantes como o das OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - e, dando seqüência a um trabalho iniciado pelo nobre Deputado Leonardo Quintão, com um substitutivo de nossa autoria, asseguramos não apenas que não houvesse a menor possibilidade de se privatizarem os segmentos fundamentais, como a saúde e a educação, mas, acima de tudo, estabelecemos a valorização das instituições não governamentais que tantos serviços prestam à sociedade e muitas vezes encontram dificuldades e obstáculos burocráticos para desenvolver alguma parceria com o Estado. Hoje, instituições sérias como as APAEs, que prestam serviços na área social, de saúde mental, nas áreas de esporte e lazer, nas áreas ambientais, e as organizações não governamentais que cuidam desses setores - e cuidam até mais do que o poder público - poderão ter parcerias concretas com os serviços públicos, com repasse de recursos até mesmo do patrimônio do Estado para que possam contribuir para uma sociedade mais justa.

Na nossa comissão e no Plenário, acompanhamos o projeto de parceria público-privada, que é arrojado e mostra novos tempos para Minas Gerais. O Governo Federal já indica que acompanhará essa idéia, uma vez que enviou projeto semelhante ao Congresso, tão logo o Governo Aécio Neves tomou essa iniciativa no Estado.

Portanto, trabalhamos muito na área de legislação. Este Deputado, embora esteja iniciando seu mandato nesta Casa, já apresentou mais de 15 projetos.

Destaco um, que, para minha alegria, foi aprovado em 2º turno e está pronto para ser sancionado pelo Governador. Esse projeto atende às cooperativas de crédito do Estado, especialmente as de crédito rural, que poderão fazer pagamentos aos servidores públicos civis e militares, democratizando essa relação do Estado com seus servidores e impedindo que isso fique a cargo de poucas instituições financeiras. Além disso, as cooperativas de crédito ficarão fortalecidas, como as dos próprios servidores públicos. As cooperativas de crédito rural, em muitas localidades, são a única alternativa. Conheço diversas cidades pequenas, como São Roque de Minas, onde a única ou a mais importante instituição de crédito é uma cooperativa de crédito rural, que não podia ser parceira do Estado para fazer o pagamento dos salários dos servidores públicos. Muitos precisam deslocar-se da cidade onde residem e trabalham, para receber seus salários em outros municípios, operando contas bancárias, sujeitando-se às tarifas exorbitantes cobradas pelos Bancos. Enfim, são gastos excessivos. O projeto é modesto e simples, mas alcança todo o Estado e fortalece o cooperativismo, que sempre defendi.

Realizamos várias audiências públicas nas áreas da saúde e educação. Recentemente, com a contribuição da Comissão de Transporte, realizamos uma reunião em Divinópolis, em que discutimos melhorias para a MG-050, um dos mais importantes eixos rodoviários de Minas Gerais, porque faz ligação não apenas com o Oeste mineiro, mas também com o Oeste paulista, umas das regiões mais promissoras do País. Debates sobre a possibilidade de o Governo do Estado priorizar as obras da MG-050, beneficiando dezenas de cidades. Para nossa satisfação, o Governador Aécio Neves, em sintonia com esse pensamento, declarou que está priorizando, entre os projetos de parceria público-privada que pretende estabelecer em 2004, aquela rodovia, que será a primeira de Minas a ser objeto de parceria entre o Estado e a iniciativa privada.

Esses trabalhos, embora criticados por alguns e desacreditados por outros, já começam a dar frutos. Por exemplo, na área da saúde, questionamos por que o Centro-Oeste teria ficado fora do macroplanejamento de saúde feito no Governo passado, que ignorou a nossa região. O Governador Aécio Neves e o Secretário Marcus Pestana, sensíveis ao nosso apelo, fizeram com que o Centro-Oeste figurasse como macrorregião para o planejamento de saúde. No último final de semana foi publicado um convênio de R\$400.000,00 para atender ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, que havia ficado fora do PROHOSP. Foi corrigida uma injustiça, mas não apenas por causa da ação deste parlamentar. Não desejo colocar-me à frente de todos, como se fosse o único responsável pelas transformações ocorridas em Minas. Agradeço, em primeiro lugar, ao Governador Aécio Neves, homem sério, que não ficou apenas nas promessas de campanha, como infelizmente acontece com alguns. Está seguindo à risca seus compromissos, está governando Minas para todos os mineiros, sem qualquer espírito de rancor ou divisão com o Governo Federal.

Aproveitando esta oportunidade, farei uma reflexão sobre o momento que vivemos. Poderia ainda fazer referências a muitas ações feitas por todos os Deputados ao longo de 2003. Trabalhamos muito. Ouço dos Deputados de larga experiência - como o colega Miguel Martini, que está há longos anos nesta Casa, por sua competência e brilhantismo - que esse talvez seja um dos períodos da história do Legislativo em que mais se produziu para Minas Gerais. E o mais importante: por meio de um processo extremamente democrático. A Oposição nunca foi tão respeitada no parlamento mineiro. É respeitada em cada minuto nesta Casa. É assim que precisa ser, porque democracia não se constrói com unilateralismo.

É nessa linha que iniciamos uma abordagem sobre o momento em que vivemos no Estado e no Brasil. No âmbito nacional, tivemos alternância no poder, saiu o PSDB e seus aliados, e entrou o PT e seus aliados. Chamo a atenção de todos, em especial da imprensa, de quem escreve, não apenas dos donos de jornais ou emissoras de TV. A Rede Globo de hoje mais parece um programa eleitoral do PT atrás do outro. Como era o discurso antes e como está a prática atual? Como as coisas estão ocorrendo no Brasil? Não quero dizer que tudo está errado, nem quero tomar a mesma posição que o PT teve relativamente ao PSDB. Talvez eu esteja errado estrategicamente. Alguns companheiros dizem o seguinte: "Temos de bater nesse povo e mostrar que houve mentiras e estelionato eleitoral. Disseram que transformariam tudo, romperiam com o FMI e lhe mostrariam que quem manda no Brasil é o próprio Brasil, que valorizariam o servidor, aumentariam o salário mínimo em US\$200,00 para começar, que este seria o País dos trabalhadores e dos operários, que romperiam com as oligarquias e que não aceitariam o casuísmo de alianças suprapartidárias". Mas não vamos bater neles por isso. Precisamos respeitar a mudança de posicionamento que estão tendo e acreditar

que o povo também refletirá. Quem escreve as críticas nos jornais, as lideranças sindicais e de servidores também começou a pensar um pouco mais nesse tipo de política. Será que ela planeja apenas destruir quem está no poder para assumir esse poder? É esse o jogo? Não quero jogar assim, Sr. Presidente. Por isso não quero bater no Presidente Lula, mas dizer que constatamos, de forma estupefata, que tudo o que foi dito era outra coisa. O próprio Presidente afirmou, na época da campanha, que poderiam até fazer algumas bravatas. E o Deputado João Paulo, Presidente do Congresso, falou que não queriam aprovar alguns projetos, por acharem que, do ponto de vista político, não estariam fortalecendo o grupo... algo nessa direção. A prática mostrou isso, e agora aprovaram as propostas que diziam que não podiam ocorrer, como a taxaço dos inativos. Não condeno o Presidente Lula, apenas faço uma reflexão sobre a sua mudança. Ontem, ele disse: "Estamos felizes, porque a tão esperada reforma da Previdência foi aprovada". Esperada este ano, haja vista que, até o ano passado, era chamada de famigerada reforma da Previdência FHC. E a oposição gritando: Fora, FHC! Fora, FMI! Fora, isto, e fora, aquilo! Pois bem, quero que todos reflitam. Não faremos uma política de "fora, Lula" e de agressão, mas de chamar todos para a responsabilidade. Se queremos construir uma nação, não vamos enganar as pessoas. Vamos fazer um debate de alto nível e sério. Não vamos acreditar que dá para esquecer o que o Presidente está fazendo, para apenas criticar o Governador Aécio Neves. O eleitor, o cidadão, o redator da imprensa e o líder sindical já perceberam que o discurso de somente fazer críticas ao Governador tem a intenção de derrubar o PSDB do poder de Minas, assim como o discurso anterior objetivou derrubar o PSDB do poder nacional. Nossa meta não é derrubar o PT, mas construir um país melhor. Tudo de bom que o PT apresentar terá o nosso apoio.

Minha reflexão é para todos nós, do PT e do PSDB. Vamos construir uma nação. Assim deve começar nosso espírito natalino: fazendo uma reflexão sobre os erros e acertos. Que possamos nos unir no espírito do nascimento de Cristo e construir um ano-novo melhor! Obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público nas galerias, TV Assembléia, o mês de dezembro chegou e, felizmente, nossas ações no decorrer do ano de 2003 refletiram o interesse pelos mais diversos assuntos relacionados com o crescimento de nosso Estado. Exerci relatorias, apresentei e acompanhei quase 200 proposições, entre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e requerimentos. Tive a honra de ser autor de três requerimentos que originaram reuniões de grande impacto, comemorativas do bicentenário de Duque de Caxias, patrono do nosso Exército; dos 55 anos de fundação da EMATER; e do mandato de mais de 40 anos do Sr. Isaac Ribeiro Ferreira Leite, Presidente Fundador da Cooperativa dos Cafeicultores em Guaxupé - COOXUPÉ, considerada a maior cooperativa de café do mundo, localizada em nosso Estado.

Quanto aos projetos de lei e emendas, quero destacar aquele que proporcionou resolver o caso dos profissionais da educação que se encontram no chamado 1.2, além de estender o direito ao apostilamento das Diretoras até fevereiro de 2004; e finalizar o trabalho de aceitação da Lei Federal nº 10.150, que beneficiou os mutuários da extinta MinasCaixa. Ressalto os projetos que garantem o ensino de informática nas escolas públicas estaduais; aquele que beneficia os portadores de deficiência, estipulando a obrigatoriedade de ensino do sistema "braille" nas escolas públicas de Minas; e outro que garante maior acessibilidade dos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida aos locais públicos.

Relevante, também, é o requerimento que apresentei, solicitando que o IPSEMG efetuasse o pagamento devido aos hospitais e aos fornecedores conveniados referente aos meses de outubro a dezembro de 2002, em cumprimento à lei por nós votada em julho de 2003; e ainda o que determina a não-inclusão dos hospitais no SIAFI, enquanto não for feito o pagamento pelo IPSEMG.

Minha primeira meta a ser cumprida em 2004 será a discussão do plano de carreira dos funcionários da área de educação de Minas Gerais. Para isso, já apresentei requerimento solicitando realização de audiência pública e, se possível, de um fórum técnico de debates. O funcionalismo público é uma das classes mais importantes para o desenvolvimento de Minas Gerais; os profissionais da educação merecem nossa atenção, respeito e empenho. Seu plano de carreira deve estar de acordo com as propostas do Estado, mas também deve atender às justas reivindicações dessa classe, já tão sofrida, que, como todos, têm o direito à esperança de um futuro melhor.

Aproveitarei a oportunidade para fazer outras considerações: desejar à nova diretoria do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais - CRM/MG - uma gestão coroada de êxito - gostaria de ter participado da solenidade da posse, mas não me foi possível - e felicitar a diretoria e aos funcionários, por intermédio do Presidente eleito, Dr. Geraldo Luiz Moreira Guedes, que, tenho certeza, será um valoroso Presidente desse conceituado órgão, que, entre outros, fiscaliza e regulamenta a atividade profissional da nossa classe médica, considerando o respeito ao desempenho ético da medicina.

No dia 14 de dezembro comemoramos o Dia Nacional do Ministério Público. Eu o congratulo por sua atuação em Minas Gerais, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça e do Procurador, Dr. Nedens Ulisses Freire Vieira. Menciono seus órgãos, Promotorias de Justiça, especialmente os PROCONS, que nos últimos anos trabalham intensamente na defesa dos consumidores lesados, atingindo um patamar invejável na resolução dos casos.

Parabenizo os companheiros e os funcionários desta Casa pelo trabalho realizado neste ano, que, com certeza, foi direcionado ao bem-estar do povo do nosso Estado. Parabenizo o Governo Estadual pela austeridade e pelo compromisso, que, após o choque de gestão, está acertando o déficit herdado dos Governos anteriores. Parabenizo o Governador Aécio Neves, os Secretários e os órgãos de assessoramento por tudo o que fizeram, sem alarde, mas com profundo interesse em acertar os passos do Estado. O Governador Aécio recompôs a credibilidade do Estado internamente, no País e nos órgãos internacionais. Minas voltou a ter voz e vez, com o trabalho consciente do nosso Governador, que determinou a todos os Secretários que trabalhassem com probidade, responsabilidade e determinação.

Finalizando, com a proximidade das festas natalinas, desejo aos colegas de parlamento, aos funcionários, à imprensa, ao público que nos vê pela TV Assembléia e a todos que aqui compareceram durante o ano para presenciar o trabalho dos representantes do povo boas festas, um ótimo Natal e um 2004 repleto de alegrias. Espero que os sonhos de cada um se realizem, alimentados pela esperança que surge como um novo dia em cada ano que se inicia. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputados, senhoras e senhores, o Deputado Federal Cabo Júlio visita-nos, juntamente com companheiros seus e do Deputado Sargento Rodrigues, nosso companheiro de partido.

Meu abraço ao Deputado Federal Cabo Júlio, a quem agradeço a ambulância que conseguiu para o Município de Botumirim. Dessa forma, V. Exa. conquista e consolida seu espaço, pois tem trabalhado muito a favor do nosso Estado.

Tenho dois assuntos a abordar. O jornal "O Tempo" de novembro traz triste notícia de mais um acidente na BR-135, vitimando oito estudantes.

Aplausos para a gloriosa Polícia Militar, que nos brinda com sua presença.

O acidente tirou a vida de oito estudantes que cursavam o último ano de Pedagogia. Saíam de Curvelo e de Corinto três vezes por semana, para estudar em Formiga. Na reportagem, há testemunhos importantes. (- Lê:)

"Vítimas se formariam no dia 13 e teriam a última aula hoje. Os estudantes que morreram ontem no acidente envolvendo uma Van Sprinter se formariam no próximo dia 13. Ontem, eles estavam fazendo a penúltima viagem de Corinto à cidade de Formiga, onde estudavam. As últimas aulas estavam marcadas para hoje. "Minha mãe já havia escolhido o vestido e as sandálias que usaria na formatura. Só faltava escolher os acessórios", lamentou o estudante Igor Patrick, de 19 anos, que perdeu a mãe. As péssimas condições em que se encontra a BR-135, onde ocorreu o acidente com a Van que transportava universitários de Corinto para Formiga, foram apontadas pelo servidor público José Geraldo Viana Fróis, de 45 anos, como o fato principal causador da tragédia."

Tomo a liberdade de falar em nome do Deputado Doutor Viana. Infelizmente, durante todo o ano de 2003, ocupamos a tribuna para acusar as péssimas condições da BR-135, e o Governo Federal teve todo o ano para tomar providências. No ano passado, professores da UNIMONTES perderam sua vida, e este ano se encerra com a perda de oito estudantes, que lutaram, acordaram cedo, dormiram tarde e sofreram para percorrer a BR-135. Esse acidente demonstra claramente que temos razão.

Espero que o Ministro Anderson Adauto, que várias vezes nos garantiu que a BR-135 seria recuperada, tenha condições orçamentárias para cumprir seus objetivos. Certamente não quererá que continuemos a informar sobre acidentes dessa natureza. O Governo Federal precisa entender que devemos sair da retórica, pois a população norte-mineira, especialmente a de Montes Claros, já não aguenta passar pela BR-135.

Há um verdadeiro sofrimento, com buracos atrás de buracos e acidentes que se sucedem. Infelizmente, há acidentes com vítimas fatais dessa natureza.

O nosso último alerta e a nossa última mensagem em 2003 é para que, tão logo o período chuvoso passe, o Governo Federal inicie efetivamente a recuperação dessa BR, que é uma das mais importantes do País, na qual pessoas morrem todos os meses. Essa BR tem desafiado autoridades e causado tristeza profunda tanto neste ano quanto em outros. Espero que esse acidente seja o último. Uma tragédia que não deveria ter acontecido, mas, infelizmente, aconteceu. Solidarizo-me com as famílias desses oito estudantes, que sofrem uma dor profunda e tremenda no final deste ano.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, meu colega médico, espero que seja o último acidente. Não podemos nunca perder a esperança. V. Exa. rememora esse trágico acidente, sobre o qual, aliás, já nos pronunciamos. V. Exa., assim como eu, passa pela BR-135 toda semana. A cada dia verificamos - volto a repetir - a diminuição dos buracos, porque, num local onde havia três ou quatro, surge um buraco imenso. No último fim de semana, a amplitude desses buracos, no trecho de Curvelo até o "trevão", numa distância de 50km, causou 12 acidentes, entre eles dois foram extremamente graves, com capotamento. Como os motoristas não conhecem o local e vêm em velocidade, não conseguem desviar-se do buraco e capotam o carro, mesmo utilizando os freios. Fui testemunha de dois acidentes no último sábado.

Mais uma vez, parabeno V. Exa. e testemunho, diante de todos que nos ouvem, tanto pela TV Assembléia quanto no Plenário, a angústia que vivemos. V. Exa. é protagonista. Ao longo de tantos anos que estamos nesta Casa, verificamos o abandono dessa BR pelo Governo Federal. Solidarizo-me com as famílias enlutadas pelo passamento dessas pessoas.

O Deputado Carlos Pimenta* - Obrigado. Certamente, se nenhuma medida for tomada, ano que vem reiniciaremos as nossas ações para sensibilizar o Governo Federal.

Trago outro assunto a esta tribuna. Chamo a atenção para um fato sobre o qual muitos já ouviram falar, mas não têm consciência do que ocorre. Refiro-me à doença de Chagas, causada pelo barbeiro, a qual tem causado muitas mortes em Minas Gerais, principalmente em nossa região. No ano passado, a ONU condecorou o Estado de Minas pela erradicação da doença de Chagas no território mineiro. O Governo do Estado e o Secretário de Saúde, à época, receberam uma condecoração, contestada por nós nesta tribuna. Mostramos e provamos que a doença de Chagas ainda existe na forma aguda no Norte de Minas e em cidades do Estado. Realizamos um levantamento, uma titulação, um exame de sangue em massa na população de Verdelândia, e constatamos que 22% dessa população estavam contaminados com a doença de Chagas.

Não nos quiseram ouvir. Fizemos um apelo à população da cidade para que capturasse os barbeiros, e a população conseguiu capturar centenas de exemplares de barbeiros, que trouxemos para a Comissão de Saúde. Mandamos examinar, e grande parte dos barbeiros estava contaminada. Até então, as únicas ações praticadas foram para recuperar algumas casas da zona rural do Município de Verdelândia. Insistimos em que a doença de Chagas está mais do que viva e presente em nossa região. Tivemos alguns indícios de que outros municípios também estavam tendo casos da doença de Chagas na fase aguda. Fizemos, então, uma solicitação à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA - para um outro município, que não é vizinho de Verdelândia, o Município de Ponto Chique, às margens do rio São Francisco. Recebemos da FUNASA a seguinte comunicação: (- Lê:)

"Sr. Secretário, pela presente estou comunicando a V. Exa. que foram concluídas as atividades do programa de controle da doença de Chagas nesse município, que resultou nos seguintes dados: unidades domiciliares existentes, 660; unidades pesquisadas, 213; unidades positivas, com triatomídeos, 16; anexos às unidades positivas, 482 municípios que constataram a presença do barbeiro; anexos borrifados, 950; exemplares capturados, 1.503, dos quais 36% positivos para a doença de Chagas; índice de dispersão do vetor, 100%; inseticida consumido, 93kg. Informo-os de que sejam solicitados junto aos canais competentes recursos financeiros para desenvolver ações de combate à doença de Chagas e de melhorias habitacionais na zona rural."

Assina Alberto Soares dos Santos, Gerente Técnico da FUNASA do Município de Ponto Chique.

O Governador Aécio Neves e o Secretário de Saúde, Dr. Marcus Pestana, não são os donos da verdade, como era o ex-Governador Itamar Franco e o Secretário à época, que não aceitaram os dados e as evidências, taparam o sol com a peneira e não quiseram admitir que a doença de Chagas em Minas Gerais está presente, contaminando nossa juventude e matando os mineiros, por isso fazemos um apelo para que façam um levantamento em todas as cidades do Norte de Minas. Só assim conheceremos a nova realidade. Todos os que me escutam neste momento e que me vêem na Assembléia Legislativa não podem imaginar o que é uma agudização da doença de Chagas em nosso Estado. Estamos vivendo um novo século, um novo milênio, e essa doença só deveria existir nos livros. Mas, infelizmente, caro Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, que é médico e sabe o que estou dizendo, essa doença é uma vergonha para o Estado. É uma vergonha para o povo mineiro e para o norte-mineiro. Certamente não pode existir da forma como está. Tenho confiança absoluta no Governador Aécio Neves e no Secretário Marcus Pestana. Em 2004 deveremos iniciar mais um ano legislativo com ações eficazes, sem que a verdade possa ser falseada nem os fatos negados, como o foram no passado. Esperamos ter o efetivo controle da doença de Chagas, em Minas Gerais, especialmente no Norte de Minas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, companheiros policiais e Bombeiros militares que nesta tarde nos acompanham das galerias do Poder Legislativo, companheiros servidores do Poder Legislativo, inicialmente agradecemos a Deus por este momento e também aos Deputados e às Deputadas da Casa, que contribuíram para que o ano de 2003 pudesse ser melhor para os Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Para a

Corporação, é de grande importância a aprovação, em 2º turno, da emenda à Constituição de nossa autoria. Sem o empenho dos companheiros da Casa, isso não seria possível. A Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2003 foi aprovada na noite de ontem por 55 votos a favor e nenhum contra. É mais um ganho, com certeza, para os servidores policiais e Bombeiros militares do Estado.

Cumprimentamos ainda o companheiro de longas lutas, Deputado Federal Cabo Júlio, que nesta tarde também nos acompanha no Plenário da Assembléia Legislativa. S. Exa., juntamente conosco, teve oportunidade de se dirigir ao Governador Aécio Neves, lutando, negociando e empenhando para que pudéssemos estar nesta tarde ocupando a tribuna, não apenas para encaminhar a votação, mas também para agradecer, de público, aos Deputados da Casa e ao Governador Aécio Neves, que tem mostrado coerência e está comandando o Estado de forma firme e coerente.

Faremos um breve relato do que ocorreu há seis meses. Entendemos que havia necessidade de buscar com o Governador Aécio Neves melhor condição de trabalho e reajuste salarial. Eu e o Deputado Federal Cabo Júlio por diversas vezes fizemos esse pleito ao Governador, que nos pediu um pouco de paciência. Aos cinco meses de Governo, o Governador disse que estava disposto a reajustar o salário dos policiais militares e dos Bombeiros, dos policiais civis, bem como de todos os servidores do Estado, pediu-nos um tempo.

Infelizmente, o Governo nos retratava um quadro do Estado que não permitia fôssemos atendidos naquele momento. Neste ínterim, tivemos a felicidade de estar levando outros pleitos ao Governador, como o adicional trintenário, que os militares haviam perdido desde junho de 2000, aposentando-se sem o direito a esse benefício, que representa 10% em sua aposentadoria. Levamos mais: o anseio de Cabos e Soldados.

Mais cedo, ocupamos esta tribuna para declaração de voto e tivemos a oportunidade de dizer que já existe progressão na carreira de Oficiais e Sargentos da Polícia Militar. Há espécie de progressão prevista no estatuto dos militares; porém, de forma pontual, precisamos fazer algumas correções, especialmente na progressão dos Sargentos. Para isso, junto com o Deputado Federal Cabo Júlio, fomos ao Secretário Anastasia, que já tinha recebido orientação do Governador Aécio Neves, e, por várias vezes, com o Comandante-Geral da PMMG, sentamo-nos e negociamos. O Comando ficou de ativar as vagas previstas na lei do efetivo, para que houvesse oxigenação do quadro.

Portanto, entendemos que conseguimos avançar, apesar de algumas entidades de classe pertencentes aos militares do Estado tentarem levar Cabos e Soldados, principalmente, à situação de greve, indesejada pela população de Minas Gerais. Tal fato não ocorreu da mesma forma que em 1997, quando houve comoção geral e todos haviam abandonado os praças da PM e do Corpo de Bombeiros. Naquele momento, o perfil era outro, a leitura do ambiente era outra, o Governador nos havia virado as costas, assim como o Comando da polícia. Além disso, não havia interlocução, ou seja, não havia representação política que a fizesse por nós. Entretanto, não era esse o momento em 2003. Vários jornais publicados por entidades de classe achincalhavam a minha pessoa e a do Deputado Federal Cabo Júlio, que nos acompanha nesta tarde, dizendo que havíamos traído a nossa classe.

Sr. Presidente, hoje, para a nossa felicidade - conforme disse o Deputado Alencar da Silveira Jr., é bom o tempo passar, um dia após o outro -, comemoramos duas grandes vitórias: o reconhecimento e o retorno do adicional trintenário aos nossos companheiros. Além disso, comemoramos fato histórico na corporação bicentenária de Tiradentes: a progressão da carreira de Cabos e Soldados. Sabemos que isso não é suficiente, pois podemos aperfeiçoar o processo e lutar muito pelo restante das categorias: Sargentos e oficiais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. Estaremos também lutando em defesa dos companheiros da Polícia Civil, quando chegar a esta Casa a lei orgânica dessa categoria.

Entendemos que, numa mesa de negociação, cabia a mim e ao Deputado Federal Cabo Júlio nos sentarmos e negociarmos, porque somos a legítima representação desse segmento. Sabíamos mais: se fôssemos radicais, acompanhando o radicalismo de determinadas cabeças que indicavam o caminho da greve, poderíamos ter desdobramento pior. Escolhemos o caminho da negociação, o melhor caminho. Hoje, estamos dando prova de que amadurecemos politicamente, não apenas por meio do mandato, mas na representação, na capacidade de diálogo e de representar de forma inteligente, não colocando a prêmio a cabeça dos nossos praças, como muitos queriam, para servir de palanque político para as eleições internas e as eleições proporcionais vindouras. Portanto, optamos pelo melhor caminho. Hoje temos a demonstração de que estávamos corretos, coerentes, e, acima de tudo, de que avançamos nas conquistas.

Enviei fax ao Governador, solicitando-lhe audiência. Tanto eu como o Deputado Federal Cabo Júlio desejamos ir ao Palácio agradecer-lhe pessoalmente o compromisso e a atitude coerente e firme com que vem atuando à frente do Estado.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)* - Agradeço o aparte, Deputado Sargento Rodrigues. Permita-me cumprimentar a liderança da Polícia Militar e seu representante no Congresso Nacional, Deputado Federal Cabo Júlio.

Neste momento, em que V. Exa. comemora desta tribuna, quero destacar alguns pontos de sua fala que são muito importantes. V. Exa. disse "de maneira inteligente, conduziu as negociações, e o resultado tem sido positivo, em favor dos que, de fato, têm direito às reivindicações". Ressalto aqui o somatório de esforços e sensibilidades que permitiram chegarmos a este momento, vislumbrando outro ainda melhor para a categoria de V. Exa. no futuro.

Em primeiro lugar, temos um Governador que honra a palavra assumida, é sensível e está fazendo, em Minas, uma revolução administrativa. Assumiu o Governo do Estado com um déficit de R\$2.500.000.000,00 e com todas as dificuldades financeiras, para chegar ao final do ano honrando todos os compromissos assumidos em campanha com as categorias e as classes. Lembro que o plano de cargos e salários do magistério já está na Casa e que todos chegarão até o dia 31 de dezembro.

Em segundo lugar, a manifestação de 1997, citada por V. Exa., foi um momento em que os graduados e os praças estavam esquecidos, e ninguém levantava a voz a seu favor. Foi preciso que as lideranças internas, como V. Exa., o Cabo Júlio e outros, levantassem sua voz, de maneira heroica. Infelizmente, foi necessário haver um mártir, para que a sociedade e os governantes voltassem seus olhos para essa categoria.

De maneira inteligente, os Cabos, os Soldados e os graduados - a base da pirâmide - foram capazes de se organizarem e verem a necessidade de ter um representante no poder, para defender seus interesses, uma vez que conhece a realidade da categoria, sente suas dificuldades e vive seus problemas. Também de maneira inteligente, elegeram V. Exa., o Cabo Moraes e o Cabo Júlio.

Já estava nesta Casa, quando V. Exas. chegaram aqui e ao Congresso Nacional, e tenho acompanhado a sua luta incansável e os seus resultados positivos, alcançados de forma inteligente. É muito fácil fazer com que a manifestação ecloda, com gritos e violência, mas nem sempre isso é oportuno. A própria Palavra de Deus diz que há hora de calar, de falar, de sorrir e de chorar. Há uma hora para cada coisa. Se não agirmos nas horas certas, sem dúvida, os resultados não serão os esperados.

Essas lideranças - V. Exa. na Assembléia Legislativa e o Cabo Júlio no Congresso Nacional -, com sua sensibilidade, têm sido capazes de dizer às tropas que sabem qual é o melhor momento, sem se deixarem levar por palavras enganosas e sugestões perigosas, com as quais nada estariam colhendo.

Esta Casa e o Congresso têm sensibilidade, mas é preciso que alguém seja capaz de chamar a atenção, levantar a voz e despertar a sensibilidade dos parlamentares para as questões de justiça.

Isso é o que V. Exa., Deputado Sargento Rodrigues, tem realizado nesta Casa, e o Deputado Cabo Júlio, no Congresso Nacional. A partir daí, sem dúvida nenhuma, como V. Exa. disse, foram 55 votos a favor, e nenhum contrário.

É claro que o Deputado, quer seja federal, quer seja estadual, e o Senador não têm condições de acompanhar todas as reivindicações da sociedade. É interessante, para isso, a mobilização das categorias e das classes, elegendo os seus representantes e fazendo com que estejam no poder, sendo a voz que despertará em seus pares o interesse em se fazer justiça. Isso é o que estamos vendo. Concordo com V. Exa. Os Cabos e os Soldados serão beneficiados agora. Daqui a pouco, votaremos todo o estatuto militar e a Lei Orgânica da Polícia Civil. Nesse momento, essas vozes serão importantes para nos ajudar a perceber o que é de justiça e de direito.

Elogio e reconheço a sensibilidade do Governador Aécio Neves e a liderança de V. Exa. Esta Casa também é sensível. Quando lhe é solicitado, manifesta-se para que a justiça seja feita, a fim de conceder aquilo que cada um tem por direito.

Parabéns à Polícia Militar, especialmente aos Cabos, aos Soldados e aos graduados, que foram capazes de se mobilizar e, de maneira inteligente, organizar-se! Eles estão avançando e, pouco a pouco, conquistando os seus direitos. De outra forma, sem dúvida nenhuma, não o conseguiriam. Parabéns a V. Exa., ao Deputado Cabo Júlio e à Polícia Militar!

O Deputado Sargento Rodrigues* - Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Muito obrigado. Não poderia deixar de manifestar minhas congratulações com V. Exa. pelo trabalho fantástico desenvolvido nesta Casa em favor da categoria.

Existem os "lobbies" nos parlamentos e nas determinadas atividades, muitas vezes, escusas, mas existem também os verdadeiros, de sangue e de coração, para que possamos beneficiar as classes. Isso foi o que V. Exa. realizou nesta Casa na legislatura passada e na atual, sempre preocupado e inquieto, pegando assinatura de um e correndo atrás de outro, contestando em uma comissão e procurando fazer com que seus companheiros entendam o verdadeiro espírito do seu trabalho nesta Casa. Tudo isso resultou na valorização da Polícia Militar, basta tomarmos conhecimento dos concursos realizados e do número de pessoas que concorrem às vagas para Cabo, para Soldado e para Sargento. Essa profissão, atualmente, é dignificada devido ao esforço de V. Exa. e do Cabo Júlio no Congresso Nacional e à sensibilidade dos governantes, pois nem todos tiveram a sensibilidade do Governador Aécio Neves.

Reconheço, perante os seus companheiros, Cabos, Soldados e oficiais, o trabalho incansável desse Deputado, do meu partido. Tenho orgulho de conviver com ele durante tantos anos. A cada ano, obtém conquistas para a classe, valorizando a Polícia Militar, instituição à qual a sociedade deve um pleito de gratidão por termos um Estado bem defendido e relativamente tranquilo, comparando-se com os outros, graças à vida de alguns militares que se esforçam, sem medo, e que vivem para servir ao nosso Estado. Parabéns, Deputado Sargento Rodrigues, Deputado Cabo Júlio e gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais!

O Deputado Sargento Rodrigues* - Obrigado, companheiro Carlos Pimenta. O Deputado Domingos Sávio muito nos ajudou nesse processo.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Prezado amigo Deputado Sargento Rodrigues, parabeno-o diante do Deputado Federal Cabo Júlio, que nos honra com sua visita, e dos componentes da corporação, porque sou testemunha de sua luta nesta Casa. Acompanho seu trabalho e vejo a bravura, seriedade e ética com que debate e constrói o entendimento em torno dos interesses da nossa querida e gloriosa Polícia Militar. Tive o privilégio de, em alguns momentos, ser-lhe útil. Sob sua liderança o processo foi conduzido, chegando-se ao entendimento, fator fundamental para avançarmos em nossas metas. Em algum momento da vida, podemos até ter a alegria de alcançá-las plenamente. Assim, estabeleceremos novas metas e teremos sempre um motivo para lutar.

Como V. Exa. sempre faz, rendo homenagens ao Governador Aécio Neves, que, com seriedade e competência, procura honrar seus compromissos e o faz com a maturidade de um estadista, não como aquele que promete o que não pode conceder, mas como o que busca conceder tudo o que é possível. Está lutando junto conosco com o intuito de construir uma Minas Gerais melhor. V. Exa. está de parabéns.

Dirijo-me aos policiais militares presentes para dizer-lhes que poderão sempre contar com nossa solidariedade. Desde quando era Vereador, Prefeito de Divinópolis, acompanho a luta da Polícia Militar. Trata-se de profissionais zelosos, que nos dão orgulho, pois temos a melhor e a mais brava polícia deste País. Queremos que continue assim. Para tanto, é fundamental valorizá-la, e V. Exa., bem como o Deputado Federal Cabo Júlio, fazem-no com muita competência e brilhantismo. Parabéns!

O Deputado Sargento Rodrigues - Obrigado, Deputado Domingos Sávio, que muito nos auxiliou na Comissão de Administração Pública.

A Deputada Maria Olívia (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, estou nesta Casa há quatro legislaturas. Na última, V. Exa. chegou aqui não para defender os poderosos, mas a Polícia Militar, orgulho deste Estado. Enquanto percorria o Estado, na última eleição, dizia aos componentes da polícia, que sempre me trataram com muito respeito, dando-me muita segurança: vocês precisam manter o Deputado Sargento Rodrigues naquela Casa, pois somente ele poderá defendê-los sem nenhuma pretensão. Hoje, como Presidente da Comissão de Redação Final, é que demos por encerrada a proposta de emenda à Constituição cuja iniciativa foi de V. Exa. Colocamos essa proposta para que o nosso Presidente a sancione.

Desde o início, concordei com essa proposta. Como V. Exa. bem sabe, nunca fui de usar este microfone para aparecer. Porém, hoje não poderia deixar de fazê-lo para dizer que a Polícia Militar tem de ter seu representante nesta Casa; e, aproveitando a presença do Deputado Federal Cabo Júlio, digo ainda que precisa também manter seu representante na Câmara dos Deputados. Parabéns, Polícia Militar. Vocês contam com o nosso respeito e consideração, principalmente V. Exa., que muito bem representa a Polícia Militar nesta Casa. Obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço à Deputada Maria Olívia. Tenho certeza de que os bravos milicianos de Lagoa da Prata darão resposta à altura à sua terra natal.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, iniciamos nossa fala saudando V. Exa. e o bravo e ilustre Deputado Federal Cabo Júlio, ambos bem votados em nossa Governador Valadares. Pedi esse aparte para aplaudir a aprovação do projeto, assim como suas ações, em razão de uma palavra de V. Exa. aqui, ontem, quando lembrava que são os praças, particularmente Cabos e Soldados, que estão sempre à frente no campo de batalha, na maioria das vezes colocando em risco suas vidas e o futuro de suas famílias.

Fui advogado do 6º Batalhão Policial de Governador Valadares durante 11 anos, entre 1969 e 1980. Naquela época, não existia o batalhão de Ipatinga nem o de Teófilo Otôni. Imaginem por onde e o quanto eu viajava defendendo policiais. Fiz centenas de júris e julgamentos. Apreendi

muito com a PMMG não só pelas defesas que fiz, mas também pelo convívio com esse pessoal e pela luta permanente que tinham na defesa do império da lei no Estado. Foi lecionando no Colégio Tiradentes, em 1968 e 1969, e defendendo a Polícia Militar que comecei minha vida em Governador Valadares.

Sabemos que existem maus policiais, assim como em todas as classes profissionais. Mas a imensa maioria são pessoas de bem, e não podemos estabelecer a regra pela exceção. Por prevalecer a regra do dever cumprido, Minas Gerais dá exemplo para o Brasil inteiro de seu policiamento. Por testemunharmos a vida e o trabalho dos Cabos e dos Soldados da Polícia Militar, sabemos valorizar bem a aprovação desse projeto.

Parabenizo V. Exa, o Cabo Júlio, o Governador Aécio Neves e os praças da PMMG.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço Ao nobre companheiro Deputado Bonifácio Mourão, que certamente conta com os valorosos milicianos de Governador Valadares, terra muito querida. Sabemos do empenho dos companheiros dessa cidade em 1997. Foi a segunda cidade, depois de Belo Horizonte, a levantar-se diante daquele movimento. Muito nos honrou a firmeza dos companheiros dessa cidade.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Parabenizo V. Exa. e o Cabo Júlio. Seu momento feliz é compartilhado por esta Casa, particularmente por mim.

Assim como o caríssimo Deputado Bonifácio Mourão, participamos, durante longos anos, em Ouro Fino e em nossa região, de inúmeras defesas junto à Polícia Militar deste Estado. Têm razão as pesquisas que apontam que a PMMG é a melhor do Brasil.

Quero felicitá-lo pelo seu trabalho incansável em prol dessa polícia. Tenho o prazer, desde a legislatura passada, de conviver com V. Exa., que se tornou um guerreiro em todas as ações que envolvem a nossa gloriosa Polícia Militar.

Estamos encerrando o ano com dois projetos, a PEC nº 55 e o PLC nº 36, num momento importantíssimo, em que o Governador está resgatando o sentimento e um longo tempo de trabalho aguardado pela família da Polícia Militar.

Em nome da nossa região sul-mineira, quero falar o quanto é importante a participação efetiva, correta, austera da nossa gloriosa Polícia Militar, como verdadeira guardiã de nossas famílias.

Desejo a todos um feliz Natal.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradecemos ao companheiro Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Fico muito feliz e até comovido por ver, nas galerias, companheiros que já combateram o crime nas ruas juntamente com este Deputado. Muitos deles, Soldados até hoje, com 25, 20, 18 anos de polícia, exercendo a função como Soldados, hoje têm a oportunidade de almejar a progressão na carreira. São companheiros que passaram noites e noites no combate ao crime, enquanto a sociedade dormia. E sempre de forma brava e guerreira, mas, acima de tudo, com muito respeito à população mineira. Por si só, a própria população já diz tudo.

Os milicianos de Minas não são diferentes, foram extraídos da própria sociedade e por isso sabem dar valor a esta Casa, aos nossos companheiros Deputados. Por isso, Sr. Presidente, queremos ouvir, neste momento, uma pequena estrofe da "Canção da Polícia Militar de Minas Gerais".

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, agradeço aos pares que, em todas as votações, tanto da Proposta de Emenda à Constituição nº 55 quanto do Projeto de Lei nº 136, foram unânimes em aprovar a matéria. Agradeço especialmente aos companheiros e companheiras parlamentares e ao nosso Governador Aécio Neves, que propiciou, juntamente conosco, esse grande momento e mais uma página na história.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras das galerias, telespectadores da TV Assembléia, quero, em primeiro lugar, saudar os servidores e as servidoras da Assembléia Legislativa. Desejo aos trabalhadores e às trabalhadoras das Consultorias e dos gabinetes um feliz Natal, com muita saúde e alegria, e um próspero ano novo repleto de paz e harmonia nesta Casa.

Manifesto meu reconhecimento pelo dedicado e valoroso trabalho desenvolvido pelos servidores públicos, que valorizam esta Casa e fortalecem o Estado democrático de direito. Saúdo os Deputados e as Deputadas e digo-lhes o quanto estou satisfeito. Aprendi um pouco mais neste espaço de relações dialógicas permanentes. Orgulho-me de compor a Mesa da Assembléia Legislativa com equipe de Deputados preocupados em construir um Legislativo mais vigoroso, austero, respeitável e respeitado tanto no Estado de Minas Gerais quanto no Brasil. Nossos trabalhos permitirão avanços para alçar esta Casa a um modelo exemplar no fortalecimento da Federação brasileira e, fundamentalmente, no fortalecimento do espaço legislativo.

A resolução que trata do plano de carreira de cargos e salários dos servidores da Assembléia tem sido um grande desafio. Na construção desse plano, além da contribuição valiosa de todos os parlamentares, não podemos esquecer a dos servidores desta Casa. De maneira permanente, preocupados em defender os seus mais legítimos interesses, por meio do convencimento e da apresentação de propostas consistentes, procuraram a Mesa para dar a sua mais valiosa contribuição.

Convenço-me de que o pensamento dos Deputados e dos servidores desta Casa é concorrente na construção de uma Assembléia cada vez mais respeitável e importante, a fim de trabalharmos para que haja o aprimoramento e a sistematização das leis, a aproximação deste Poder com a sociedade e a mais vigorosa e rigorosa fiscalização dos atos governamentais no Estado.

Nesta oportunidade, antes de abordar o assunto do qual especificamente desejo tratar, chamo a atenção para um fato, com a maior fraternidade e com todo o vigor do meu coração, Deputado Zé Maia. Espero que as questões debatidas nesta Casa estejam fundamentadas em dados que possam ser encontrados em todos os espaços dos governos. Há muito tempo insisto na votação do Projeto de Lei nº 54 - Projeto Minas Transparente -, apresentado tanto na legislatura anterior quanto nesta legislatura. Infelizmente, encontro resistência aqui e no Governo, onde não esperava encontrar. O meu empenho é garantir que todos os Governos, todas as áreas governamentais ou todos os Poderes tornem público os seus atos e as suas práticas, ou seja, desde os salários de seus servidores até as práticas de licitações e de gastos governamentais. Esse ato é fundamental e importante para a lógica e o cumprimento do princípio constitucional, das boas práticas da administração pública e do fortalecimento do Estado democrático de direito e de justiça.

Infelizmente, encontramos grande resistência. Daqui a pouco, mostrarei aos senhores como a falta de transparência pode prejudicar o nosso

diálogo e a nossa relação. Em conversa com os parlamentares, vejo que passamos por momentos de muito constrangimento e de muitas dificuldades. Porém, digo a todos que caminhamos e avançamos na lógica da correção. Corrigimos e procuramos corrigir muitos defeitos nossos e construir uma estrutura cada vez mais transparente e próxima desse ideal de Estado democrático.

Certamente, se fosse abordado aqui, sem a ingerência, a interferência do Poder Executivo neste momento, o Projeto Minas Transparente não sofreria resistência alguma. Estou convencido disso. No entanto, até hoje, esse projeto - um dos escolhidos para ser apresentado nesse período legislativo - não chegou a esta Casa, a este Plenário, apesar de estar pronto para votação, devido a resistências ainda alojadas no Executivo.

Surpreendo-me porque minha expectativa era a de que o Governo Aécio Neves, por tudo que foi dito aqui, não faria resistência, teria inclusive a sensibilidade e a disponibilidade de agilizar a votação desse projeto. No entanto, não é essa a realidade. É importante que tenhamos acesso a essas informações. Quero dizer que recebemos, e está à disposição de todos os parlamentares, a relação do repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para todos os municípios, até o mês de outubro de 2003. Deputado Zé Maia, meu conterrâneo do Triângulo Mineiro, tenho aqui a relação de todos os municípios que receberam o repasse do FPM, com algumas exceções. Parece que não chega a 3%. A imensa maioria dos 5.500 municípios deste Brasil recebeu em 2003 mais do que recebeu em 2002. Essa conversa que está sendo utilizada para dizer que o Lula não repassa recursos é uma forma de desvirtuar a discussão e levá-la para outro caminho, para justificar os fracassos administrativos que eventualmente persistem em Prefeituras mal-conduzidas, mal-administradas e, às vezes, irresponsavelmente administradas. Não me conformo com movimentos sofisticados que utilizam informações inadequadas para justificar erros ou negligências. Estamos no momento de fazer as correções necessárias, mas diante de fatos verdadeiros.

Entrando no assunto propriamente dito, quero dizer aqui que todos os encontros, debates, conferências municipais de saúde que fizemos em Minas Gerais, a 5ª Conferência Estadual de Saúde, realizada aqui, em Belo Horizonte, a 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no início deste mês, em Brasília, todos que labutamos pela saúde neste País há muito tempo não podemos conformar-nos com práticas governamentais que também distorcem as interpretações da lógica da aplicação dos recursos na saúde e do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, que conquistamos, com tanta luta e sacrifício, em setembro de 2000. O que queremos é que a saúde tenha um mínimo de recursos para atender com mais dignidade a população brasileira, em todos os cantos deste País.

Nesta Assembléia Legislativa, formamos uma frente parlamentar em defesa da saúde que, tristemente, está silente diante do desvio dos recursos da proposta orçamentária do Governo do Estado. Vejo com orgulho o Deputado Carlos Pimenta vir diversas vezes ao microfone reclamar por mais recursos para a saúde, cobrar que esses recursos tenham fins nobres, inclusive de valorização dos servidores da saúde, que se encontram desvalorizados por sucessivos Governos deste Estado. Vejo o Deputado Carlos Pimenta cobrar mais recursos para a saúde, mas não vejo a comissão em defesa da saúde fazer o mesmo. Não vejo a frente parlamentar fazer o mesmo. Colocar um botão na lapela do nosso paletó não nos vai fazer mais fortes para conquistar os recursos definidos constitucionalmente para a saúde. É preciso que nós, à semelhança do que aconteceu no Governo Federal, Oposição e Situação, nos coloquemos compromissados com a defesa dos recursos da saúde.

Vi com muita satisfação que, quando houve um leve desvirtuamento da proposta orçamentária do Governo Federal em relação à saúde, houve reação imediata do PSDB, do PFL, mas também do meu PT, de todos, dizendo e tentando convencer o Governo Federal de que os recursos definidos para a saúde não poderiam, por mais nobres que fossem as ações, ser destinados a outros fins, mesmo que fosse para combater a fome, para atos de saneamento, para consertar as estradas que matam no País. Era fundamental que os recursos da saúde fossem alocados no Fundo Nacional da Saúde.

Assistimos também com muita alegria uma reação do Governo para compreender aquela pressão legítima e fazer a revisão necessária para realocar os recursos na saúde. Houve compreensão do Governo Federal.

Já denunciávamos por diversas vezes que os recursos da saúde não foram alocados porque os Governos anteriores não cumpriram o mínimo constitucional. Deixaram um passivo para este e para o próximo governo. O Governo Aécio Neves não aplicou o mínimo constitucional este ano nem resgatou os recursos perdidos nos anos anteriores.

Não farei julgamento. Demonstrarei aos Deputados, às Deputadas, ao público que nos assiste e aos telespectadores da TV Assembléia por que sofrem muitos cidadãos e cidadãs de Minas Gerais em relação às filas que continuam nos hospitais, à espera interminável para uma cirurgia que, se feita no tempo certo, não haveria tanto risco de morte.

Muitas cirurgias e atendimentos, no Estado, são realizados na última hora, porque na primeira, na segunda e na terceira hora não são atendidos. Há uma permanente postergação, uma insensibilidade quanto a transferir aqueles que estão um pouco menos doentes para filas de espera que não acabam nunca.

Esse procedimento prejudica e compromete ainda mais a saúde da pessoa, ameaça sua vida. Se o sofrimento e a própria vida ameaçada não bastam, em nome da economia, sobre a qual este e os outros Governos têm falado, seria mais interessante que as pessoas fossem atendidas na primeira hora, porque se gastaria muito menos, e essas pessoas correriam menos riscos. Infelizmente, por vários fatores, mas também por falta de recursos, há muita gente que está terminando sua vida antes da hora, sofrendo e gastando mais.

Em nome da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, não poderíamos calar-nos perante o Governo. Não estou falando apenas na condição de opositor, mas também em relação ao Governo Federal. Gostaria que os tucanos falassem como o fizeram perante o Governo Federal. Se não falarem perante o Aécio como falaram perante o Governo Federal e a expressão máxima no Congresso Nacional, Presidente da Frente Nacional Parlamentar em Defesa da Saúde, ex-Secretário da Saúde de Minas Gerais, José Rafael Guerra, se os nossos colegas Deputados do PSDB não tiverem a mesma garra que teve o Guerra quando foi lá enfrentar o problema nacional, que tenham pelo menos a garra daqueles petistas que foram ao Governo Federal para cobrar o cumprimento da emenda à Constituição.

É isso que quero e acho possível: todos juntarmos nossas forças e dizermos ao Governo que não se pode negar a Constituição e sonegar recursos tão essenciais para o desenvolvimento, a garantia e a promoção da saúde, para a dignidade do povo de Minas.

Demonstraremos alguns dados para os senhores verem como a situação é dramática. As conferências de saúde - a Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde - estão dizendo que, da forma como está sendo proposto o orçamento de Minas, está-se negando o mínimo constitucional, previsto pela Emenda nº 29. O Governo não pode descumprir a Constituição. Digam os senhores se tem fundamento constitucional o que aqui está. Quem de nós, médicos, negará a constituição do Conselho Nacional de Saúde? Bajularemos o Governo? Teremos de ser seus aliados ou apoiadores, escondendo sonegação desse tamanho? Tenho certeza de que não. Espero que todos, se não fizerem como fizemos lá, façam pelo menos como o Deputado Carlos Pimenta está fazendo, chamando a atenção do Governo para que cumpra o mínimo constitucional.

O mínimo constitucional tem de ser cumprido na saúde, não para pagar aposentadoria ou destinar recursos da ordem de R\$300.000.000,00 para empresa que cobra taxa. Não é nisso que se deve investir, mas no cuidado dos nossos hospitais, na produção de medicamentos e sangue de qualidade, no atendimento das pessoas necessitadas deste País e deste Estado. Infelizmente, o Governo de Minas não o está cumprindo.

Trabalharei com dados concretos. Gostaria de mostrar-lhes por que, eventualmente, pode não haver déficit neste Estado. Não direi que o Governo Aécio eventualmente suprimiu os recursos da saúde para cumprir outras promessas, outros compromissos. Nenhum deles é mais nobre que a saúde. Mostrar-lhes-ei como o Governo de Minas aplica os recursos da saúde em nosso Estado.

- Procede-se à apresentação de transparências.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Receita própria da Fundação Ezequiel Dias - FUNED - em relação ao orçamento. Na coluna da esquerda, o que está verde representa o efetivado até outubro. Foram previstos R\$45.000.000,00, e efetivamente arrecadados R\$27.000.000,00, ou seja, até outubro, do proposto pelo Tesouro do Estado, apenas a metade foi efetivada. Portanto, é esse o resultado do que votamos ano passado para ser aplicado no orçamento da saúde, na produção de medicamentos.

O quadro seguinte mostra que, na FUNED, do que foi efetivamente arrecadado até outubro, R\$38.000.000,00, foram aplicados R\$29.000.000,00.

Nesta coluna da esquerda, temos os resultados relativos à HEMOMINAS, que trabalha com a produção de sangue e tem uma receita própria prevista de R\$44.000.000,00. Ela mostrou ser o órgão mais competente e efetivo do ponto de vista da arrecadação, conseguindo arrecadar, até outubro, R\$32.000.000,00. O Tesouro, que previa um investimento de R\$16.000.000,00, conseguiu destinar-lhe R\$13.000.000,00. Isso significa, para a HEMOMINAS, um acúmulo superior a R\$44.000.000,00. Isso é o que está efetivamente disponível contra um orçamento de R\$60.000.000,00. Portanto, também na HEMOMINAS, embora o gasto tenha sido significativo, foi aquém da proposta orçamentária.

O próximo quadro ainda representa a HEMOMINAS. Dos R\$46.000.000,00 já efetivados, temos a despesa realizada, até o presente momento, de R\$33.000.000,00. Até outubro, o que se gastou do que foi efetivamente arrecadado dá uma diferença da ordem de cerca de R\$13.000.000,00.

Aqui temos as receitas relativas à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG. Ela teve receitas próprias da ordem de R\$67.000.000,00. Com a prestação de serviços, conseguiu arrecadar R\$55.000.000,00. Do orçamento do Estado, de R\$308.000.000,00, ela conseguiu efetivamente aplicar, até o momento, R\$199.000.000,00. Portanto, há uma diferença entre o que está orçado e o que foi aplicado, até o momento, superior a R\$100.000.000,00.

Vocês podem ver neste gráfico a receita efetivada de R\$254.000.000,00; a despesa empenhada de R\$264.000.000,00, o que está muito abaixo do previsto, que seriam R\$375.000.000,00; e o que foi gasto até o presente momento: R\$249.000.000,00. Também na mais importante fundação hospitalar da América Latina, o gasto está aquém do que foi efetivamente arrecadado.

Agora trataremos de uma questão muito discutida na Casa. Vocês poderão ver qual é a realidade do Estado em relação ao Governo Federal. Deixarei os dados para o julgamento dos Deputados e das Deputadas, dos presentes e dos telespectadores. Neste gráfico apresentado, vemos um bolo. Em azul, temos o repasse de recursos do Tesouro Estadual: 41%. As pequenas fatias entre o azul e o amarelo correspondem à receita de valores imobiliários: 1%; à receita de serviços: 0,26%; à transferência dos municípios: 0,77%; e à transferência de convênios: 1,65%. A parte maior do bolo corresponde aos recursos aplicados em Minas Gerais na área da saúde: 53,84%; ou seja, essa parte maior representa os recursos federais.

Na questão seguinte, verificamos o disparate e quem tem compromisso com o País e com a saúde em Minas Gerais. A primeira coluna, em azul, representa a receita própria do Fundo Estadual de Saúde, que corresponde a 96,46% dos recursos federais. A receita total de R\$457.885.159,00 contém R\$455.000.000,00 de recursos federais. Do orçado em Minas Gerais, da coluna da direita, do Fundo Estadual de Saúde: R\$318.857.857,00. Desses recursos, o Governo de Minas repassou, até outubro, R\$22.488.894,00. Esse é o espaço mais importante, decisivo e vinculado à aplicação dos recursos públicos na área da saúde, na lógica do SUS. Onde está a prática dos discursos realizados nas relações de compromisso entre o Governo Federal e o de Minas Gerais? Sobre as práticas realizadas dos compromissos entre os orçamentos propostos e a sua realização, veremos o seguinte, a fim de poderem realizar o julgamento adequado e necessário. Este dado é relativo à receita efetivada: R\$477.000.000,00. Despesa empenhada: R\$404.000.000,00. Despesa realizada: R\$362.000.000,00, do Fundo Estadual de Saúde. A despesa efetivada é superior, em mais de R\$100.000.000,00, à despesa realizada. O Governo Federal repassou para o Governo do Estado R\$455.000.000,00. Vejam o grande problema exposto. Cabe à Assembléia Legislativa, principalmente a nós, Deputado Rêmoló Aloise, saber com que o Governo do Estado gastou os recursos que sobraram, já que recebeu mais recursos do Governo Federal para a área da saúde do que aplicou. Isso significa que os recursos federais destinados à saúde do povo mineiro ainda se encontram, em parte, nos cofres do Governo do Estado, que diz ter compromisso com as políticas sociais. O que ele está fazendo com o dinheiro público federal destinado à saúde? Onde aplicou esse recurso? Posso estar errado, por isso estou insistindo na transparência. Eventualmente, pode haver algum gasto que não conhecemos.

Ao analisarmos o detalhamento da aplicação dos recursos públicos, encontramos rubricas que não têm evidência clara e objetiva. Entendemos os milhões de recursos que vão para a FHEMIG, os que são destinados à HEMOMINAS, à FUNED e à saúde, mas não nos é convincente que os recursos apareçam em rubricas para outros fins, outras despesas. Isso não é suficientemente claro; não é da prática da construção do Estado democrático de direito. Temos de mudar isso neste País. Temos a função de fiscalizar. Deputado Ricardo Duarte, a constituição de uma frente parlamentar em defesa da saúde não pode constituir mera retórica. Ou defendemos a saúde para valer, ou temos de tirar o bôton, o enfeite do paletó, e pedir desculpas ao povo mineiro. Não é possível continuarmos assistindo a isso.

Há pessoas morrendo antes da hora por falta de recursos; há pessoas doentes, cuja doença está agravando sua condição de vida; há hospitais, santas casas morrendo à míngua; há pessoas que não querem mais trabalhar no setor de saúde, porque não têm salários dignos nem plano de carreira, fato para o qual o Deputado Carlos Pimenta insistentemente tem chamado a atenção. No entanto, existem milhões de reais definidos constitucionalmente para a saúde, mas não aparecem na execução orçamentária. Ademais, há outros milhões de reais já destinados pelo Governo Federal, tantas vezes criticado pelo Governo do Estado. Todavia, esses recursos também não aparecem nas rubricas do gasto da execução orçamentária. Onde vamos parar? Vamos brincar com essa grave situação? Concedo aparte ao Deputado Zé Maia.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Ilustre Deputado, V. Exa. é do PT, que tem maioria no Congresso Nacional e pode fazer enorme bem à saúde.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Temos 93 ou 94 parlamentares. Não é maioria. O total é de 513.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Mas o Governo Lula...

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Não é maioria. Só quero que V. Exa. diga a verdade, para que tenhamos uma boa conversa.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - O Governo Lula não tem maioria no Congresso Nacional, ilustre Deputado?

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Muitas vezes, com voto inclusive de parceiros seus.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Sim, mas tem maioria hoje.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Claro, porque está adotando práticas muito corretas.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - O PL está com o Governo Lula, que tem uma base muito forte hoje. É preciso que o Congresso Nacional faça a regulamentação do que são as verbas da área da saúde. O art. 200 da Constituição Federal, por exemplo, diz que os investimentos no saneamento básico são ações de saúde. Certamente V. Exa., que é médico, sabe que nenhuma ação de prevenção na área da saúde é mais eficaz que o saneamento básico. Todavia, o Congresso Nacional precisa regulamentar essa matéria, a fim de termos maior clareza e até para que os parlamentos possam cobrar dos Governos a correta aplicação. A verdade é que hoje não há uma regra clara de quais são as ações de saúde aceitas para a vinculação dos recursos exigidos pela Emenda nº 29.

Outro ponto importante a ser destacado é que o orçamento da União atualmente é muito maior que os dos Estados - e maior que o do Estado de Minas Gerais. Assim, a maior parte dos recursos investidos na área da saúde em Minas provém da União, visto que as combatidas contas do Estado não podem ser comparadas com o vigoroso orçamento da União. Encerro com uma pergunta a V. Exa., embora saiba que sua resposta será positiva, por tratar-se de pessoa séria. Tenho curiosidade e afirmo que não sei os dados. Quando V. Exa. foi Secretário da Saúde em Minas Gerais, foi aplicado o volume de recursos previstos na Emenda nº 29 da Constituição Federal?

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - A luta pela Emenda nº 29 era de todos nós. Muitos se empenharam para colocar na Constituição o mínimo constitucional. Foi minha ação perante o Governo Itamar Franco que, diante da existência de uma emenda à Constituição, de um mínimo constitucional, permitiu uma manchete extremamente positiva de aplauso ao Governo Itamar Franco, quando disse que estaria tomando medidas para promover, neste Estado, ações para que a emenda fosse votada. Era uma proposta de emenda à Constituição, e não emenda.

Primeiro, quero informar a V. Exa. que, quando fui Secretário da Saúde, não havia definição de um mínimo constitucional. Batalhei para que essa emenda fosse votada, o que ocorreu em setembro de 2000. Deixei a Secretaria de Estado em junho de 2000, uma boa diferença.

O Deputado Zé Maia (em parte)* - Não era isso que estava perguntando.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Era isso que V. Exa. estava perguntando, sim.

Independentemente da emenda, meu esforço foi permanente. Em nenhum momento me dobrei aos encantos do poder para render ao Sr. Itamar Franco qualquer condição que me colocasse contra a luta pela saúde. Em nenhum momento, na história recente, sendo Deputado Estadual, deixei de participar junto aos meus companheiros para poder convencer o Governo Federal da importância do mínimo constitucional.

Todos os Deputados do PT encaminhamos uma carta ao então Ministro da Casa Civil, solicitando a ele que tomasse as medidas necessárias para que todos os recursos fossem para a saúde.

Não quero fazer crítica ao Governo Aécio, mas em nenhum momento vou curvar-me a qualquer condição que possa reduzir minha determinação em fazer com que essa emenda seja cumprida. Tenho total convencimento de que esses recursos são necessários. São mínimos, não estou pedindo muito. Estamos exigindo que o Governador cumpra a Constituição. Sei de seu papel difícil para defender o Governo.

O Deputado Zé Maia - Não é difícil, não.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Temos de empreender uma luta ferrenha. Não é possível que, por falta de regulamentação dessa emenda, V. Exa. tenha de desconhecer as deliberações do Conselho Nacional de Saúde, da 12ª Conferência Nacional de Saúde, da 5ª Conferência Estadual de Saúde, das conferências feitas em sua região. Todas mandaram a esta Casa, pedidos para que os recursos não fossem para a COPASA, que não é responsável por fazer saúde. Eu, mais que V. Exa., digo que tenho convencimento da importância de se fazerem investimentos em saneamento básico. Estudei, trabalhei, participei de seminários nesta Casa. A lei que criou a política estadual de saneamento originou-se de um seminário, do qual participei e coordenei. Sei que em torno de 800 mil pessoas neste País são internadas por falta de saneamento básico. Em nenhum momento estou pedindo para o Governo reduzir os recursos de saneamento básico. O que exijo do Governo de Minas Gerais é que cumpra a Constituição e não alegue que, por não haver regulamentação da lei, possa destinar 300 milhões à COPASA, mais de 150 milhões para pagamento de aposentados, ou recursos para quitação de juros de dívida. Isso não faz parte da saúde em nosso Estado.

Tenho certeza de que V. Exa. reconhece essa situação. Vamos juntos lutar pela saúde no Estado, Deputado Zé Maia. O Governador Aécio Neves não vai tirá-lo daqui, mesmo sendo suplente, porque V. Exa. cobra recursos para a saúde. Lutemos juntos para sensibilizar esse Governo. Governador, atente para essa situação.

Não espere a regulamentação. Digo isso a V. Exa. com toda a convicção, porque conheço os Deputados Federais que estão defendendo essa questão, inclusive Deputados do partido de V. Exa., um dos grandes batalhadores pela saúde. Pergunte a ele, como médico, como ex-Secretário de Estado da Saúde - espero que V. Exa., Deputado Zé Maia, possa ser convencido dessas decisões, como sendo prevalentes no momento em que não há regulamentação. Por falta de regulamentação, tenho de ouvir o Conselho Nacional de Saúde, ouvir e acatar as decisões da 12ª Conferência Nacional de Saúde, ouvir os companheiros das conferências municipais de saúde nas cidades onde estou, e não justificar que, por falta de regulamentação, posso tirar R\$600.000.000,00 da saúde e destinar a outros fins. E, mais grave, não estou falando sobre o orçamento para o próximo ano, mas que, dos R\$460.000.000,00, R\$450.000.000,00 são recursos públicos federais; mais dos R\$318.000.000,00 para o Fundo Estadual de Saúde, que deveriam ser recursos do Tesouro do Estado, somente 22%. Isso não dá 10%, mas apenas 6% dos recursos fundados no Fundo Estadual de Saúde. Isso é o que o Governo Aécio Neves aplica na saúde. Que o povo de Minas faça um julgamento.

Concederei quantos apartes V. Exa. solicitar.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - O fato de ser suplente não é segredo para ninguém nesta Casa.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Mas as pessoas nos constroem a fazer isso, Deputado.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Tenho orgulho por ter recebido 44 mil votos e nunca escondi esse fato. Defendo o Governador Aécio Neves não pelo fato de ser suplente, mas defendi o seu programa de governo no palanque e na campanha e, por coerência, continuarei defendendo-o aqui.

Quanto ao dinheiro destinado à saúde, quero dizer que foi V. Exa. e o PT que defenderam os privilégios na reforma administrativa. Tivemos a

coragem de defendê-la. O dinheiro da saúde estava indo para os privilégios que V. Exa. e o PT defenderam nesta Casa, na reforma. O 13º salário foi pago graças à coragem do parlamento mineiro e à do Governador Aécio Neves.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Quando foi feita a reforma administrativa?

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - No começo do ano, quando o PT defendeu os privilégios.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Onde está o dinheiro da saúde, Deputado?

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Estamos colocando a casa em ordem, estamos no início do Governo.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Onde está o dinheiro da saúde, Deputado?

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Estamos começando o Governo.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Não sofisme, porque isso não ajuda, vamos fazer um diálogo aberto.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Reformulo minha pergunta: quando V. Exa. foi Secretário de Estado, o volume de recursos aplicado na saúde era superior ao que está sendo aplicado atualmente?

Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Era muito pouco e não foi definido por mim, mas lutei permanentemente para que mais recursos fossem destinados à área da saúde.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Então, esse não é um problema atual.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - É um problema atual, porque não havia mínimo constitucional quando fui Secretário de Estado da Saúde. Era Secretário, e não Governador.

Não defendo um Governador de cujo Governo fiz parte. Todas as pessoas conhecem minha indignação com o Governo Itamar Franco, reconheço as práticas importantes que fez neste País e o apoio que nos deu na disputa da Presidência da República. Reconheço muito os atos concretos do Governo Itamar Franco, mas não o perdôo, não voto para aprovar suas contas, pois deixou de cumprir o mínimo constitucional, numa situação muito mais adversa do que a atual. Não tenho justificativa para dizer que lá não deveria cumprir, mas digo a V. Exa., como disse na época, que a Constituição tinha de ser cumprida, que não aprovaria as contas do Governador Itamar Franco, porque não cumpriu o mínimo constitucional para a saúde. Essa é uma questão extremamente grave, porque significa deixar morrer à míngua e sofrer milhares de pessoas neste Estado. E custa muito mais caro para este Estado e para a sociedade. Não tenho temor a essa discussão e gostaria de ter feito muito mais do que fiz. Fui Secretário da Saúde por apenas 187 dias, menos de 3 meses, que valeram como uma grande lição para minha vida. Tenho um grande dever perante o Governador Itamar, que, mesmo não me conhecendo, convidou-me a ser Secretário, mas não arredei o pé e não abri mão dos princípios que defendia, e não o farei aqui.

Não estou aqui para denegrir a imagem do Governador Aécio Neves, a quem desejo muito sucesso. Aproveito esta oportunidade para desejar-lhe e à sua equipe feliz Natal e um 2004 cheio de prosperidade.

Mas não posso engolir isso. É uma fraude, um atentado contra a saúde, Deputado Zé Maia. O Governador aplicou R\$318.000.000,00 no Fundo de Saúde. Teria de aplicar tudo. Existe algo bom, como os recursos do PROHOSP, que são positivos. Mas existe uma prática terrível: o Governo não cumpre as regras das boas relações democráticas. A destinação desses recursos precisa ser definida em programação pactuada, com a participação dos municípios. Mas são definidos eleitoralmente, conforme seus interesses. Não existem critérios. Isso é grave.

Outro dado grave é que, além de não gastar o que é preciso, gasta mal o que gasta. Não gasta tudo o que tem. Não gastou ainda. Pelo menos, não sabemos. Precisamos saber. O Governo tem de gastar o que recebe do Governo Federal. Fizemos os cálculos, mas não encontramos com que foram gastos. São mais de R\$60.000.000,00 repassados pelo Governo Federal. Devem estar em algum lugar, em algum cofre.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - A sua acusação não é verdadeira, Deputado Adelmo Carneiro Leão. A discussão não é política.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Estou colocando uma questão clara. Desde o início disse que não tenho todas as informações pelas quais batalho há muito tempo, como é do conhecimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com quem temos conversado sobre isso. É preciso transparência. Se tiver acesso aos instrumentos que me informem onde está o dinheiro, analisarei como foi gasto. Procurei em todos os instrumentos disponibilizados pelo Governo do Estado. Encontrei valores incompatíveis com os gastos. Existem mais recursos repassados pelo Governo Federal para Minas Gerais do que o Governo Estadual gastou até agora. Pode haver justificativas nobres e importantes. Reconheço isso. Não estou fazendo acusação, mas constatação. Trouxe dados para uma constatação minha, sua, nossa, para que tomemos posições. Respeito a posição de V. Exa., embora seja totalmente diferente da minha.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Adelmo Carneiro Leão, tentarei contribuir com esse debate, que é muito importante. Como já tive oportunidade de dizer, a questão da saúde não pode ter apenas uma bandeira partidária. É de todos. Saúdo V. Exa., que é um dos grandes líderes desse processo. Cumprimento também a Presidência, pela sua compreensão quanto ao horário. Já devíamos estar na 2ª Parte da reunião há algum tempo, desde as 16h15min. Mas a causa é justa e nobre.

Acompanhei com atenção o seu pronunciamento durante a projeção dos números. Liguei, há pouco, para o Secretário de Saúde. Concordo que a luta pela saúde é de todos. Devemos lutar para que os Governos Federal, Estaduais e Municipais apliquem mais recursos nessa área. A primeira constatação que faço - procurando contribuir com o debate, deixando claro que estamos na mesma trincheira, defendendo a valorização da saúde - é que o Governador Aécio Neves é o que mais está aplicando em saúde pública na história de Minas. Já o ex-Governador Itamar Franco, a quem V. Exa. serviu com competência, como Secretário de Saúde, aplicou bem menos. No último ano de seu mandato, aplicou em torno de R\$510.000.000,00. Em 2003, o Governador Aécio Neves aplicou R\$580.000.000,00. No próximo ano, aplicará próximo de R\$900.000.000,00.

Outro ponto importante: V. Exa. trouxe alguns números. É preciso ter prudência com números. Não queremos, como foi dito pelo Deputado Durval Ângelo, que a palavra confunda em vez de esclarecer. V. Exa. disse que o Governo do Estado recebeu determinado volume de dinheiro, mas não ficou demonstrada toda a sua aplicação. Como ex-Secretário de Saúde, sabe como funcionam os fundos nacionais, estaduais e municipais. Todos os procedimentos são regulamentados pelas regras do SUS. Os recursos destinam-se a pagar os prestadores de serviço. É um dinheiro carimbado. Conforme seu fluxo de caixa, teremos recursos que entraram num dia e que ainda estão num processo de conferência

e transferência para os credores, prestadores de serviços, não havendo, portanto, penumbra ou escuridão sobre esses números.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Assim também acontece com relação aos números que fazem conta de outras despesas. Quando V. Exa. era Secretário, também havia a rubrica "Outras despesas" e os lançamentos sobre ela. Aliás, V. Exa. foi um Secretário brilhante. Na época, como Prefeito de Divinópolis, fui recebido com muita competência e elegância, apesar de os convênios da Prefeitura, por perseguição do Governo Itamar, terem sido cancelados. V. Exa. não teve culpa, ainda não ocupava essa Pasta.

Minutos atrás, o Secretário disse-me que esteve com V. Exa. há poucos dias e que estava absolutamente surpreso com a minha preocupação de colher números que esclarecessem este debate. Afirmou-me que foi muito bem recebido e que V. Exa. foi extremamente cordial, não lhe havendo apresentado nada disso. Ficamos, pois, muito surpresos.

Finalizo dizendo que V. Exa. pode contar comigo, como parlamentar, na Frente da Saúde, e até para fazer críticas ao Governo, quando forem justas e cabíveis; mas é preciso constatar que o Aécio Neves foi o que mais investiu na saúde pública. E isso no primeiro ano do seu mandato. Mesmo com todas as dívidas herdadas, está descentralizando e repassando recursos para as diversas regiões do Estado. Será aplicado um valor substancial da ordem de R\$70.000.000,00 a mais do que foi aplicado pelo Itamar Franco no seu último ano. No próximo ano, esse valor será ampliado para 40%, até que seja alcançado o patamar com que todos sonhamos, que foi objeto da luta de que participei ao lado de V. Exa., que é a emenda constitucional que estabelece garantia mínima de recursos para o setor. Portanto, precisamos nos unir, mas, antes, devemos nos desarmar. Caso contrário, não avançaremos. Parabéns V. Exa. pela defesa que faz da saúde. Obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Deputado Domingos Sávio, não estou armado. Apenas apresento alguns dados importantes. Tenho sido cortês e diplomático com as pessoas, porque considero que essa atitude seja extremamente necessária nas relações de poder. Isso não significa que eu tinha de ir lá e negociar números. O Secretário, pessoa muito gentil e administrador competente, também poderia dizer o que ouviu da minha preocupação quanto ao não-cumprimento da Emenda à Constituição nº 29. Não estou fazendo comparação com o Itamar. Para comparar o melhor com o ruim, pode continuar ruim. Estou tratando da questão do cumprimento dessa emenda e da grave situação de sofrimento do povo de Minas, dos doentes e dos servidores da saúde. V. Exa. não sabe como sofrem esses servidores com a falta de recursos e de salários justos e dignos. É uma das piores situações do Estado...

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Perdoe-me, V. Exa. Conheço esse sofrimento e lutei por eles quando era Prefeito de Divinópolis. Eles são testemunhas.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Se V. Exa. sabe, melhor. Também sei da sua sensibilidade. V. Exa. não pode justificar a falta de aplicação de recursos, por não estar eventualmente regulamentado. Espero que V. Exa. se una a nós. Se o Secretário está-me considerando indelicado ou ficou surpreso com o que estou fazendo, a questão é muito simples. Não sei se existem outros dados. Apresento apenas os que conheço. Com esses, permito-me indignar; com esses, permito-me fazer uma crítica dura a este Governo; com esses, permito-me chamar vocês para serem nossos companheiros, para enfrentarmos essa situação. Vamos chamar o Secretário e começar a revelar o que significam esses outros recursos. Na época em que fui Secretário, existiam outras despesas. Isso não é bom? Tenho de me conformar com essa situação? Se estivesse conformado, continuaria sendo Secretário, caro Deputado, amigo e bom Prefeito de Divinópolis.

Pensam que é fácil deixar uma secretaria com 87 dias, com tantos desafios, com tanto para fazer e mostrar? Não estava encantado pelo poder, mas determinado a servir o povo de Minas de modo diferente.

Tenho ouvido justificativas inaceitáveis, e se alguém se sentiu ofendido, peço desculpas. Meu desejo é que construamos uma sociedade mais justa. Quantas vezes discutimos que o orçamento não pode ser peça de ficção, e sim que deve ser cumprido? Há enorme diferença entre o que se tem e o que foi aplicado. Vamos compactuar com isso? O que se tem é da ordem constitucional? Se é, por que não foi aplicado? Em outros momentos discutiremos mais sobre saúde, educação, saneamento básico, transporte etc. Obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Presidente, vou ser breve no encaminhamento do Projeto de Resolução nº 1.280, e já aproveito para dizer que no Projeto de Lei nº 1.279 nossa posição será a mesma. Trata-se do projeto da carreira dos servidores da Casa, já em debate há bastante tempo. É projeto polêmico, e várias discussões já foram feitas entre a Mesa e os funcionários. Mais recentemente nós, do PT, juntamente com a companheira Jô Moraes, procuramos também fazer uma intermediação, buscando consenso em torno do projeto.

Na parte da tarde de hoje, foi apresentada uma proposta aos servidores, que ficaram de examiná-la, com possibilidade de acordo. Solicitaram tempo para realização de uma assembléia para submeter ao conjunto dos servidores a proposta feita, que tem o aval da Mesa.

Votaremos favoravelmente aos dois projetos em 1º turno e esperamos a posição dos servidores após a assembléia de amanhã. Peço a V. Exa. que o projeto entre em votação em 2º turno, na parte da tarde, depois de os servidores tomarem conhecimento por escrito da emenda que deverá ser apresentada pelo Colégio de Líderes, fruto desse acordo. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei a discussão do Projeto de Lei nº 1.080, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

Esse é o tarifaço da morte. Já não consigo lembrar-me da quantidade de tarifaços. Parece-me que são seis. O Deputado Weliton Prado, que é especialista em criticá-los, está dizendo que é o tarifaço nº 3, mas prefiro chamá-lo de tarifaço da morte. Entendi que era o último. Depois de cinco tarifaços, vem o tarifaço da morte.

Com esse projeto, o Governo está pretendendo aumentar, e muito, a arrecadação. Aliás, ele estimou que haveria um aumento nos caixas em torno de R\$220.000.000,00, com os seis tarifaços e, a meu ver, está subestimando o valor. Provavelmente, teremos um valor acima desse, porque, com a tramitação do projeto, os tarifaços, em vez de diminuir, foram aumentando. Quanto aos cartórios, temos de tomar cuidado ao ler o relatório final, pois, durante a tramitação, houve propostas de 1.700%, aumento bastante significativo.

Com o tarifaço da morte, o Governador insiste em aumentos significativos no Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. Esse projeto de lei tem, portanto, a nossa oposição, principalmente por fazer parte de um bloco de projetos de aumento de tarifas e impostos.

Não nos cansamos de repetir que essa é uma política equivocada do Governador Aécio Neves, além de desnecessária. Ontem foi aprovada finalmente, no Congresso Nacional, a proposta de reforma tributária. Digo finalmente, porque essa reforma já deveria ter sido feita há oito ou nove anos, uma vez que era compromisso do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, passaram-se oito anos, e ele não teve vontade política de fazê-la.

Já o Presidente Lula, em menos de um ano, emplacou a reforma tributária e fê-la de forma completa: não entra totalmente em execução para o ano que vem, mas, aprovada, até o ano de 2007, entrará com todos os seus componentes, inclusive acabando com a guerra fiscal, por meio da unificação do ICMS.

No ano que vem, com a promulgação dessa emenda à Constituição pelo Congresso Nacional - o que acontecerá amanhã -, o Governador de Minas Gerais sabe muito bem que terá um reforço bastante significativo na caixa do Estado, assim como todos os outros Estados. Para o ano que vem, apenas com a reforma tributária, ele espera R\$500.000.000,00 a mais. Se considerarmos a reforma previdenciária, que sobe a alíquota de contribuição dos funcionários para 11%, o Governo do Estado terá uma arrecadação bastante significativa. Juntando essas duas reformas, o Governador sabe muito bem que não terá menos que os R\$500.000.000,00 de que fala.

O nosso cálculo chega a um número maior. O Governo do Estado terá uma arrecadação de cerca de R\$1.000.000.000,00, o que dá para suplantar a expectativa de déficit do Governo, se levarmos em consideração o crescimento econômico que já se iniciou no Brasil e que, no ano que vem, existirá em módulos maiores. A taxa de juros caiu um ponto, e a inflação está sob controle, portanto poderemos esperar a retomada do crescimento econômico, para a qual o Governo trabalha. Isso levará Minas Gerais a uma folga orçamentária.

Entretanto, o Governador Aécio Neves vai de encontro a essa política, que foi feita com a redistribuição das riquezas nacionais, sem aumento de carga tributária e com o foco na justiça social para os Estados e municípios. Ele escolheu o caminho inverso: ao mesmo tempo em que se aprovava uma reforma justa no Congresso Nacional, amplamente discutida com a sociedade - empresários, trabalhadores, parlamentares e setores da sociedade civil organizada -, ele enviou um pacote para ser desembrulhado pela Assembléia Legislativa, sem discutir com ninguém, com o repúdio dos empresários e dos trabalhadores. Não há apoio de ninguém para o tarifaço do Governador Aécio Neves.

Então, esse tarifaço é também, na forma, diferente, porque é antidemocrático. E é injusto porque pune os pobres e os empresários do setor produtivo, já que todos passam a pagar um monte de impostos e taxas a mais, de incêndio, de poluição, mesmo que não estejam poluindo, mas por terem potencial de poluidores, de IPVA de moto, de "causa mortis" e outras de cartório e de justiça.

A pessoa será extremamente tarifada a partir de janeiro. O aumento das taxas será muito grande, e as pessoas precisam de todos esses serviços. O cidadão será tarifado várias vezes. Esse aumento é totalmente injusto. É impressionante que possa ser aprovado na Assembléia Legislativa sem que a base do Governo reaja, como a Oposição, contra esse tarifaço absurdo, injusto e desnecessário, porque o Estado não tem necessidade de fazer isso, já que as suas condições estarão muito boas no ano que vem, especialmente com a reforma tributária e previdenciária.

O Governador Aécio Neves está com uma voracidade fiscal que não deveria ser permitida. Isso deveria permanecer no passado. Não se pode simplesmente tarifá-lo em excesso, pensando ser essa a solução para os problemas do Estado. Não contente com isso, deixa de inserir no orçamento o fruto das suas tarifas e o que ganhará com a reforma tributária e previdenciária. Portanto, está escondendo a verba do orçamento, para que nós, Deputados, não tenhamos condições de realocar os recursos. A desculpa do Governo era a de que a reforma tributária não havia sido aprovada. Amanhã ela será promulgada. Votaremos o orçamento depois de promulgada a reforma tributária. Há uma emenda do PT que inclui no orçamento R\$500.000.000,00. Será muito mais. E joga esse dinheiro para a saúde, porque o Governo não cumpriu com os 12%. Está na hora de os Deputados pegarem esse dinheiro e não o deixarem solto para que o Governador faça o que quiser com ele no ano que vem, sem alocá-lo no orçamento.

Não podemos deixar um cheque de R\$500.000.000,00 para o Governador alocar da forma que quiser, no orçamento. É necessário discutir sobre esse recurso. A nossa emenda o remete para a saúde, mas ele poderia ser alocado em outros setores sociais, ao discutirmos com os Deputados. O Governador, nesse sentido, está desfazendo o papel da Assembléia Legislativa, procurando enganar os Deputados, não permitindo uma discussão sincera da peça orçamentária. Essa emenda do PT será apresentada agora, sem que o Governo tenha a desculpa de que, como a reforma tributária não foi aprovada, essa verba não consta no orçamento. A reforma foi aprovada ontem. E a verba já está garantida. O dinheiro do Governo Federal estará sendo distribuído para Minas Gerais.

Nós, Deputados, devíamos dar conta de alocar esse aumento do orçamento, com justiça social, nos diversos pontos orçamentários, e não apenas fingir que o dinheiro não existe, que é uma peça fictícia e que é um déficit que não existirá. O Governador esconde da população o que é real do ponto de vista orçamentário. Registro o nosso posicionamento contrário à aprovação do conjunto do tarifaço do Governador Aécio Neves.

Vamos votar contra o Projeto nº 1.080. Peço a inscrição de todo o Bloco PT-PCdoB para o Projeto nº 1.083/2003, o pacote dos cartórios, do Governador do Estado. Vamos entrar em regime de obstrução, pois não é possível permitir que essas tarifas continuem sendo aprovadas. Peço também aos Deputados que pensem na emenda que aloca para o Estado mais de R\$500.000.000,00 no orçamento. Não há mais a desculpa de que a reforma tributária não foi aprovada. Já foi aprovada, inclusive com o aval dos Deputados e Senadores ligados ao Governador Aécio Neves, que sabia e sabe muito bem que a reforma tributária foi muito boa para o Estado de Minas e para o povo brasileiro. Parabéns, Presidente Lula, que emplacou duas reformas visando garantir a estabilidade política, social e econômica no Brasil! O crescimento econômico fará com que, no próximo ano, tenhamos melhores condições de funcionamento da máquina do Estado. Vamos votar contra o Projeto de Lei nº 1.080/2003, o chamado tarifaço da morte. Obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Governador Aécio Neves enviou a esta Casa vários projetos, o tarifaço, com o intuito de fazer a reforma tributária do Estado de Minas Gerais. Com isso, criou ou aumentou taxas para quem está vivo, para a segurança, para o Corpo de Bombeiros. Agora, está aumentando as taxas até para quem já morreu.

O Deputado Rogério Correia disse muito bem, esse é o tarifaço da morte, apresentando valores exorbitantes, dos quais discordamos, por se tratar de injustiças, de medidas confiscatórias. Quem hoje, por exemplo, possui um bem no valor de até R\$20.000,00, paga 1% de ITCD, ou seja, R\$200,00; no caso de possuir um bem entre R\$20.000,00 e R\$40.000,00, paga 1,5% de ITCD, um valor de R\$300,00; e para um bem entre R\$40.000,00 a R\$50.000,00, seria 2%, um valor em torno R\$600,00. Se o projeto do Governador sobre o ITCD for aprovado, a população pagará, por qualquer bem, um valor de R\$1.600,00, o que representa um aumento de mais de 150%, o que é muito injusto. A tabela atual tem uma progressão. Quem tem menos paga menos, quem tem mais paga mais. Com as mudanças propostas pelo Governador, ocorrerá o contrário. Quem tem mais pagará menos, e quem tem menos pagará mais.

Em razão dessa injustiça, apresentamos a Emenda nº 18, que dá nova redação ao art. 11 do Substitutivo nº 1, da Comissão de Fiscalização Financeira, nos seguintes termos: "Art. 11 - O imposto será aplicado nas seguintes alíquotas, de forma progressiva, sobre o montante fixado para a base de cálculo dos bens de direitos transmitidos:".

Nossa proposta é essa porque, atualmente, há oito alíquotas, mas, se forem aprovadas as mudanças propostas pelo Governador, ficarão apenas quatro alíquotas: 3%, 4%, 5% e 6% do valor dos bens da família. Se aprovado, com certeza, beneficiará quem tem mais condições.

Temos uma proposta, para a qual trago justificativa plausível e conto com apoio de todos os Deputados. A Lei nº 12.426, de 27/12/96, dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, o ITCD, e o Projeto de Lei nº 1.080/2003, do tarifaço da morte, busca ampliar a receita do Estado com aumento desordenado de imposto, o que pode prejudicar excessivamente o

contribuinte que receber um bem ou imóvel pelo falecimento de seu ente, por doação.

Nesse sentido, apresentamos a proposta que altera o art. 11, que dispõe sobre alíquotas do ITCD, em três pontos: primeiro, altera a forma de cálculo que o Governo de Minas quer mudar; segundo o que vigora hoje, as alíquotas são escalonadas, progressivas, ou seja, incidem sobre um montante que, se for maior, o valor do imposto aumentará. Por exemplo, um imóvel no valor de 100 mil UFEMGs pagaria, com a aprovação da proposta do Governador Aécio Neves, uma alíquota de 4%, totalizando 4 mil UFEMGs, ou R\$5.780,00. Com nossa proposta, pagaria apenas 1% do montante até 20 mil UFEMGs, 2% sobre 25 mil UFEMGs.

A segunda alteração é quanto à inclusão de alíquotas sociais, ou seja, valores menores para os bens em que incide a cobrança de impostos, cujo valor seja pequeno, respeitando assim os princípios da capacidade contributiva, que é o art. 145 da Constituição Federal. Isso porque o Governo de Minas quer acabar com alíquotas hoje vigentes de 1% e 1,5%, que fazem justiça social.

A terceira alteração proposta nessa emenda é a disposição de que o Governo de Minas concederá desconto de 30% sobre o imposto para aqueles que pagam, em até 90 dias, o valor devido ao Estado. A proposta contida no substitutivo determinava apenas uma faculdade de o poder público dar o desconto.

Estamos propondo a obrigatoriedade, conforme consta na essência da legislação, que vigora sobre o ITCD. Isso é muito importante, porque no projeto do Governador, se o cidadão pagar no prazo correto, poderá ter um desconto. Na nossa emenda, colocamos que o Governo tem a obrigação de dar o desconto.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - No dia 12 de dezembro publicou-se uma matéria sobre o ITCD no "Jornal do Comercio", e quero compartilhá-la com os Deputados desta Casa: "Herança mineira. Polêmica à vista. Em Minas Gerais, Aécio quer taxar até roupas e aparelhos. No embalo da discussão nacional sobre reforma tributária...". Há uma proposta na Assembléia de Minas que dispõe sobre Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. "A intenção de Aécio é ampliar o número de bens sujeitos à incidência do imposto. Se aprovado, bens domésticos, como roupas e aparelhos que ultrapassem 4 mil Unidades Fiscais de Minas Gerais (o equivalente a cerca de R\$5.000,00), serão tributados em 3% do total declarado".

Uma família perde um ente querido e, se suas roupas e aparelhos ultrapasarem o valor de R\$5.000,00, irá um fiscal à casa desse cidadão para fazer uma cobrança de 3% sobre esse valor. Isso é um absurdo, é uma afronta aos direitos humanos, uma desumanidade propor uma medida dessa natureza e não respeitar uma família que perde um ente querido. Será que o Governo do Estado terá coragem de enviar um fiscal à casa dos familiares para verificar se ele tem mais de R\$5.000,00 em roupas e aparelhos? E, se tiver, terá de pagar 3% desse valor? Essa é uma proposta totalmente descabida, e o Bloco PT-PCdoB coloca-se contra essa medida, assim como o Deputado Jayro Lessa, e conseguimos fazer modificações.

Nossa emenda altera e dá nova redação ao art. 28.

A multa que o Governador quer cobrar vai de 10% a 20%. Então, no caso de residência ou de automóveis, se se tiver de pagar ao Estado, estamos propondo 2%. Trata-se, portanto, de uma emenda simples, não vejo nenhum problema em que seja aprovada por todos os Deputados da base de sustentação do Governo. Se o cidadão não pagar dentro do prazo, terá uma multa de apenas 2%, e não de 20%, como o Governador quer. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, não gastarei todo o tempo do encaminhamento, porque acredito que os Deputados já estão bastante conscientes do que se trata. Portanto, que cada um vote de acordo com sua consciência.

Já cansei de falar sobre os malefícios desse "pacotão" do Governador. Esse, que propõe o tarifaço ambiental, já está em 2º turno. Assim, depois da votação, em 1º turno, do tarifaço da morte, vem, agora, em 2º turno, o tarifaço ambiental, possibilitando ao Governador tarifar empresas potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais. Vejam bem: potencialmente; não é preciso poluir, não. Então, o Governo cobrará uma taxa se a empresa tiver potencial para poluir. O Deputado Alencar ainda ri, quando, na verdade, deveria chorar.

Os ambientalistas, coitados, lutam por uma causa tão justa, e vem o Governador e estabelece um tarifaço sobre uma causa como essa.

Então, Sr. Presidente, gasto apenas estes 3 minutos porque os Deputados já têm consciência do que estou falando. Portanto, o Bloco PT-PCdoB vota contrariamente ao tarifaço ambiental, ao tarifaço verde, arara, mico-leão-dourado. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira* - O Projeto de Lei nº 1.083/2003, oriundo do Executivo, corrige as tabelas de pagamento de emolumentos dos serviços extrajudiciais e dá outras providências. Foi encaminhada a Mensagem nº 109/2003, do Governador, que lerei na íntegra. (- Lê:)

"Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, encaminho a V. Exa., para exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso, que altera dispositivos da Lei nº 12.727, de 30/12/97, que dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos devidos por serviços extrajudiciais e dá outras providências. Foram feitas as seguintes adequações: os valores constantes nas tabelas anexas à lei foram atualizados, tendo em vista estarem seus valores expressos em reais e defasados monetariamente desde 1999, ano da última alteração, feita pela Lei nº 13.438, de 30/12/99.

Após a atualização monetária referida anteriormente, tendo como índice o IGPDI, da Fundação Getúlio Vargas, os valores foram transformados em Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais - UFEMG."

Venho à tribuna para apresentar considerações acerca do Projeto de Lei nº 1.083/2003. Encaminhado pelo Governador, o projeto foi alterado de maneira assustadora. Fiz quadro comparativo dos atos do Ofício de Registro de Imóveis e, em requerimento, pedi destaque porque alguns Deputados não tomaram conhecimento do aumento absurdo que consta no substitutivo. O povo mais simples sofrerá as conseqüências. O aumento chega a 6.000% nos emolumentos e, para os casos de penhora, arresto e de seqüestro de imóveis, gira em torno de 1.440%. Não concordamos com esse "presente" de Natal.

Tanto os projetos do Governo quanto o substitutivo propõem a indexação do valor dos emolumentos à UFEMG, que serão elevados sem que projetos sejam enviados a esta Casa. Portanto, o aumento será automático. Não podemos abrir mão de votar o reajuste das taxas cartoriais, pois têm repercussão diretamente, por exemplo, no custo da casa própria. Os serviços telefônicos são exemplo claro de que a indexação é

prejudicial à população. O percentual das tarifas telefônicas aumentou consideravelmente em relação ao poder aquisitivo das famílias. Esse fato foi objeto de audiência pública na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, ocasião em que ouvimos do representante da Telemar que muitas pessoas têm devolvido suas linhas à empresa por falta de condições financeiras para pagar as tarifas, fato que não ocorria anteriormente. Comparando-se ao caso dos cartórios, chegaremos à conclusão de que as pessoas vão deixar de registrar seus imóveis e de praticar série de atos formais devido ao elevado custo dos emolumentos, e haverá aumento dos conflitos sociais.

Sugiro que alteremos o projeto do Governador para conceder reajuste apenas à defasagem dos emolumentos e que retiremos do projeto a possibilidade de indexar os emolumentos à UFEMG. A averbação de penhora no registro de imóveis é para dar publicidade. O substitutivo, com vinte e tantas folhas, deve ser analisado de uma hora para outra.

Se as Deputadas e os Deputados não tiverem o tempo necessário para analisar as emendas, correm o risco de aprovar "frankenstein" no projeto, ou seja, aqueles monstros. Como está aí, o povo pagará 6.000%, 2.000%, 1.440%. (- Lê:)

Então, um problema que já foi objeto de discussão no Judiciário e tem solução pacífica é a classificação da averbação da penhora como ato com ou sem valor patrimonial.

A diferença tem consequência direta no valor dos emolumentos. Se a averbação da penhora for considerada ato com valor patrimonial, o valor dos emolumentos será da ordem de R\$100,00. Se for entendido o contrário, o valor dos emolumentos será da ordem de apenas R\$10,00. Deputada Ana Maria Resende, qual explicação V. Exa. dará ao povo do Norte de Minas, Montes Claros sobre a aprovação de um projeto dessa natureza? Não tem como.

Levaram-se vários casos à justiça, e o Tribunal de Justiça tem um posicionamento unânime e reiterado de que a averbação da penhora não tem valor patrimonial.

Tenho em mão decisão sobre o caso da Comarca de Bueno Brandão, no qual o Tribunal se pronuncia nesse sentido. O entendimento do Tribunal é que a averbação da penhora tenha o efeito apenas de dar publicidade ao ato do Juiz, e não o condão de mudar a relação de propriedade do imóvel. Após a penhora, se houver praça - leilão - e arrematação, aí sim, haverá um ato de valor patrimonial, que é o registro do imóvel em nome do arrematante. Mas, enquanto houver apenas penhora - repito -, não há relação patrimonial. Duvido que o Deputado Weliton Prado vote neste substitutivo.

Deputado Doutor Ronaldo, a d. Corregedoria de Justiça do nosso Estado baixou a Manifestação nº 88/2000, na qual determina que a averbação da penhora deve ser cobrada como ato sem valor patrimonial; ocorre, porém, que o substitutivo da Comissão de Fiscalização Financeira quer contrariar todo o entendimento do egrégio Tribunal de Justiça e fazer com que a averbação da penhora seja considerada ato com valor patrimonial. Isso é inconcebível e inaceitável. E o pior é que a mudança que o aumento de despesa trará será suportada pelo devedor, geralmente cidadão de classe média que ficou inadimplente e teve o seu imóvel penhorado.

Logo, sugiro que rejeitemos a letra "q" do item 1 da Tabela 4 e também a parte final da Nota 1 da mesma tabela.

Deputadas e Deputados, no momento da votação, pedi destaque porque não podemos, de maneira alguma, aprovar esse substitutivo da forma como se encontra. Seremos cobrados porque somos eleitos para representar o povo. Não tenho nem defendendo cartório. O povo pagará caro, se o Substitutivo nº 2 for aprovado.

Li esse tema que foi objeto de discussão no Judiciário. Tenho aqui um acórdão da justiça que vai de encontro a algumas emendas aprovadas.

Portanto, o Substitutivo nº 2 não é vontade do Governo do Estado. O Governo manda o projeto para corrigir as taxas que desde 1999 não eram corrigidas, o que dá uma média de 44%, 45%. Mas as emendas provocam aumentos exorbitantes. Como disse aqui, a penhora, o arresto ou o seqüestro de bens aumentam 1.440%. Atualmente é R\$6,70. O Governo propõe R\$9,74. A emenda passa para R\$103,18. É um absurdo. Acredito que alguns Deputados não tiveram oportunidade de analisar o substitutivo que foi votado agora à tarde. Na hora do encaminhamento farei algumas observações sobre algumas emendas. Tenho certeza absoluta de que esta Casa não vai aprovar o substitutivo como está. Se o substitutivo apresentado estivesse corrigindo algum erro técnico, tudo bem. Fiz um quadro comparativo que faz referência a um imóvel no valor de R\$50.000,00, que terá um aumento de 1.440%. Cancelamento de ônus, 1.440%. Existem algumas situações de diminuição da taxa. Há uma emenda que diminui o preço do selo. De R\$0,59 passa para R\$0,25. Hoje os cartórios são obrigados a comprar uma cota de selo, inclusive os pequenos cartórios do interior.

Então, sugiro que seja retirado o art. 48. O Deputado Chico Simões teve a oportunidade, quando destacamos algumas emendas na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de discutir e fazer essas considerações. É um absurdo votarmos o substitutivo como está.

Foi feita a recomposição de quórum, alguns Deputados retornaram, mas vejo que estão presentes apenas 18 Deputados, não nos possibilitando continuar os trabalhos.

Acredito que a Deputada Marília Campos, atuante e batalhadora, não vai dar esse presente de Papai Noel para Minas Gerais, aumentando em 1.000%, 1.400%, 2.000% até 6.000% as taxas do Estado. Quem vai pagar isso é o povo mais pobre.

Apresentei três emendas e agradeço ao relator, que acatou em parte uma emenda que diz respeito à autenticação de documentos.

Hoje, Deputada Vanessa, se V. Exa. quiser tirar uma cópia da Carteira de Identidade, do Título de Eleitor, da comprovação de votação no primeiro e no segundo turnos e do PIS, poderá colocar tudo em uma página. Com esse projeto, o Título de Eleitor é considerado um documento, assim como a comprovação do primeiro turno e a do segundo turno. Portanto, iremos pagar por documento. Atualmente, paga-se, em média, R\$2,95 por autenticação. Da forma como está no substitutivo, as pessoas passarão a pagar R\$18,00.

O Deputado Ermano Batista acatou em parte nossa emenda, para que o Título de Eleitor e as comprovações de primeiro e segundo turnos sejam cobrados como um documento. A Carteira de Identidade, que pode conter o número do PIS e do CPF, também será cobrada como um documento.

Não sei se o Deputado Adalclever Lopes tomou conhecimento dessa emenda que apresentamos. Ela é uma emenda social. O cidadão pagará apenas por uma autenticação. Exemplifico com o indivíduo que é chamado para registrar-se em uma empresa, com os documentos de praxe: Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade, Título de Eleitor, CPF, PIS. Da forma como estava no projeto, iria ter de pagar por vários documentos.

Precisamos estudar mais esse substitutivo. Já propus a alguns Deputados que deixássemos essa votação para o ano que vem, prazo suficiente para que analisemos as emendas e para que o projeto volte às comissões. Entrei com um requerimento, em que solicito que volte à Comissão de Administração Pública, por causa das emendas.

No encaminhamento, farei outras observações.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pessoas que nos vêem nas galerias e pela TV Assembléia, quero usar essa meia hora que, regimentalmente, tenho para discutir com nossos pares, com os Deputados e Deputadas desta Casa, para dar conhecimento a todos, de uma maneira sincera, do que está ocorrendo no Projeto de Lei nº 1.083, que versa sobre os emolumentos e taxas de cartórios.

Primeiramente, gostaria que entendessem que alguns Deputados desta Casa querem fazer desse debate algo que não procede, insinuando que quem está contra esse aumento abusivo de taxas é porque está a favor da FIEMG. Ela representa os empresários, e, no meio deles, há construtores, que constroem prédios e outros imóveis para vender, e, portanto, esses imóveis têm que ser registrados. Além disso, podem ser necessários outros procedimentos em cartório. Insinuar isso seria diminuir muito uma discussão tão séria. Tenho certeza de que a grande maioria dos Deputados que aqui estão não têm vínculos nem com cartório nem com a FIEMG.

É preciso ser contra o aumento abusivo das taxas de cartórios, que é o que estou fazendo e o que qualquer um que votar nessa proposta deve fazer. Você que está me vendo pela TV Assembléia perceberá que não permitir esse aumento abusivo, com certeza, diminuirá o preço e o custo final do bem imóvel.

É lógico que um empresário que constrói um prédio, apartamento ou casa para vender, coloca, na composição do seu custo, tudo o que gasta. Com essa majoração das taxas de cartório, quem pagará é o consumidor final. Por outro lado, se impedirmos que isso ocorra, o custo final da obra será diminuído para todos os empreendedores. Sabemos que existem centenas deles. Diminuindo para todos, o cidadão pode utilizar a concorrência e comprar o que melhor lhe convém. Se aprovarmos esse projeto, estaremos beneficiando um segmento que nem sequer concorrência tem, que é o cartório de registro de imóvel. As pessoas que nos vêem sabem que esses cartórios constituem um cartel, um feudo e um controle de reserva de capital em determinadas regiões. Em Belo Horizonte, uma cidade desse tamanho, só existem sete cartórios, sendo que cada um se situa em local específico, com os seus próprios terrenos. Então, se eu comprar um imóvel aqui, só posso registrá-lo no cartório daqui. Isso, sem levar em consideração que a grande maioria das cidades do Estado possuem apenas um cartório desse tipo, apesar de existirem outros, como o de registro civil, o de notas e o de protestos. Então, não temos dúvidas de que, entre tomar uma atitude que beneficiará um cartório e diminuir o custo de algo que será vendido, é lógico que votaremos contra esse acúmulo de receita e renda de um segmento sem concorrentes. É isso o que está em discussão.

Quero deixar claro que essa majoração não tem dedo do Governo, a menos que eu esteja enganado. Isso foi resultado da ação de alguns Deputados desta Casa. Conversando com alguns deles, vimos que nem todos sabiam desse assunto. Quando as coisas são sérias, não devemos fazer estardalhaço sem antes tentar minimizar o problema. Sou uma pessoa extrovertida e brincalhona, mas sempre conduzi os meus assuntos com seriedade. Quando tomei conhecimento do que acontecia, procurei os parlamentares que estavam à frente desse processo e escutei que era difícil mudar a situação, porque ela era fruto de um acordo. Pergunto: acordo com quem? Em cima de quê, se a maioria dos Deputados não sabe o que está acontecendo, e se o próprio Governo e os seus representantes também não sabem desse acordo? Que acordo é esse que o Poder Legislativo será obrigado a homologar, se nem os Deputados da base governista têm conhecimento do que acontece? Pensava se não deveríamos criar uma obstrução intransigente.

Não sei se será o melhor caminho, pois não se trata de embate ideológico entre Governo e Oposição, mas entre os Deputados que compõem este Poder. Gostaria que este Plenário estivesse cheio, para que pudéssemos colocar nossas propostas e votar de maneira soberana. Por isso não sei se valerá a pena fazer oposição para cansar nossos pares, até porque somos minoria. Se quiserem que esse projeto passe, usaremos o Regimento, e em mais dois dias ele será aprovado. Se não concordarem com o que está sendo proposto, faremos uma votação buscando coibir essa aberração proposta por alguns Deputados.

O Governador enviou a esta Casa um projeto de lei em que atualizava os valores cobrados por cartórios, que não eram corrigidos desde 1989. Correto, ninguém está aqui para impedir que aqueles que trabalham recebam. Se havia defasagem, é lógico que somos a favor da atualização. Mas começaram as mudanças, a primeira se deu na Comissão de Constituição e Justiça. No projeto, essa comissão atendeu a um avanço. Existem vários tipos de cartórios, alguns estão no interior cumprindo a determinação de fornecer documentos que o Estado exige, e precisam sobreviver. Para isso foi criado um fundo com participação de recurso dos outros cartórios, pois os cartórios pequenos não recebem o suficiente nem sequer para pagar o aluguel do prédio onde funcionam. É preciso ser justo, porque essas entidades prestam ao cidadão um serviço exigido pelo Estado. A criação desse fundo foi um avanço positivo.

Passou para a Comissão de Defesa do Consumidor e começaram a majorar determinados atos do cartório. O cartório tem dois atos. O vencimento do cartório é regulamentado por leis federais. Existem atos do cartório que têm envolvimento patrimonial, e outros que não têm. Nos atos que envolvem questão financeira, a cobrança é feita de acordo com o valor do que está sendo negociado.

Ao comprar e vender qualquer imóvel, o patrimônio das pessoas é alterado. Esse ato tem conteúdo patrimonial; portanto, possui uma tabela com os valores a serem cobrados. Se é justo, não me cabe discutir. A lei assim determina. Se começarmos a divagar, não vejo trabalho diferente em registrar um imóvel de R\$1.000.000,00 ou de R\$100.000,00 para o dono do cartório. Mas a lei estabelece assim, e eu não quero discuti-la, embora concorde que devemos estudar outra maneira. O valor pago em emolumentos é destinado às despesas do cartório e ao trabalho do serventuário. Para registrar qualquer imóvel, o cartório terá o mesmo trabalho e custo. Realmente, não há diferença.

Pelos atos que não envolvem conteúdo patrimonial, cobra-se uma taxa, pois não há custo, e o trabalho é o mesmo. Muitas vezes, o trabalho é pequeno, apenas uma mera citação, em que o dono do cartório vai a outro, onde o imóvel foi registrado, para colher alguns dados. Esses trabalhos remunerados sem conteúdo patrimonial são cobrados por tabela fixa, independentemente do valor do imóvel. Isso tem valor fixo, o Governo do Estado mandou obedecer essa lógica. Em transação sem variação patrimonial, o valor cobrado é fixo.

Portanto, mais uma vez, ressalto o projeto do Governo. Seria injustiça fazer disso uma bravata, uma disputa política e ideológica. Com base nisso, procurei a Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor - esclareço que temos grande respeito pela Deputada que preside essa Comissão. Ela não estava presente no dia da reunião e ficou pasma com o que fizeram, justamente nessa Comissão, que tem por finalidade defender o consumidor. O que fez o relator? Continuou com os registros e com as mesmas tabelas. Nas averbações de arresto, seqüestro e baixa de ônus, quando saíram dessa Comissão, deveriam ser cobrados o mesmo valor de registro. Depois explicarei cada uma das averbações, para entenderem.

Depois o projeto foi à Comissão de Administração, quando procurei o relator, que me disse: a pressão foi muita; conserte, pois não consegui; apenas diminuí parte. Na Comissão de Fiscalização Financeira, da qual faço parte, confesso-lhes que não sabia nada de cartório. Não sabia o que eram emolumentos. Ao pedir vista do projeto, comeci a perceber o movimento nesta Casa. Acredito que muitos Deputados não votarão a

favor desse projeto, independentemente do partido.

Tive orientação de assessores desta Casa e de Deputados não petistas. O relator da nossa comissão apresentou outro relatório, retirando aberrações, como a que concedia a cartório de registro de imóveis o poder de cobrar por notificação valor equivalente ao de um cartório de protesto. Também atenuou o exorbitante aumento, pois a tabela enviada pelo Governador está majorada em 50%.

Não quero criar cavalo de batalha. Entretanto, a sociedade deve participar. Quando aprendo um fato novo, fico ansioso para ensiná-lo. Para o habite-se, cobrava-se em Minas Gerais 50% do valor do registro, por unidade. Não sei o porquê, pois o trabalho é o mesmo para prédios de 10, 20, 30 ou 40 andares. Segundo tabela, o valor do habite-se é a metade do registro. Para um prédio cujo valor está acima de R\$3.200.000,00, pela tabela, o habite-se seria R\$1.500,00. Mas como o cartório procede? Se esse prédio tem 20 apartamentos de R\$200.000,00 cada um, pela tabela, cobrará 20 vezes R\$500.000,00, R\$10.000.000,00, em vez de R\$1.500.000,00. Cobra-se habite-se por apartamento. Isso tem algum amparo moral? Claro que não. Pode até ter amparo legal. Nunca elaboramos leis para tornar a sociedade mais justa.

O relator não se contentou. Aumentou o habite-se de 50% para 100% do valor do imóvel. Para esse exemplo, pagaríamos R\$20.000.000,00. Para quem? O que o Cartório de Registro de Imóveis faz para obter concorrência? Nada. Além de nos atender mal, coloca-nos na fila e cisca para dentro. Nem sei se paga bem aos funcionários, pois não há controle por parte do Estado nem por parte da Assembléia Legislativa. O relator não propôs os 50% que o Governador desejava, mas 75%. Além do aumento nominal de 40% dado na tabela mais 25% sobre o valor registrado, chegamos a 150%.

Esta Casa, para atender a acordo não sei com quem, não pode homologá-lo. A quem estamos penalizando? A nós, consumidores. A quem estamos beneficiando? A um segmento do Cartório de Registro de Imóveis, a um "filé".

Não se ateu a isso e, a nosso ver, continuou um pouco equivocada, não na mesma intensidade. Manteve para a penhora arresto e seqüestro, que é uma tabela fixa, pois não há variação patrimonial. O que isso significa? Diz que se faz justiça, e a tabela tem de ser progressiva. O que significa o arresto? É alguém na praça que me deve. Por exemplo, estou com medo de ele não me pagar. Então, vou à justiça e peço ao Juiz que faça o arresto do imóvel desse cidadão como garantia da minha dívida. O Juiz meramente notifica o cartório. O dono do cartório escreve no rodapé a expressão "imóvel arrestado", para dar uma garantia. Se alguém comprar o imóvel arrestado e depois vendê-lo, parte dele será para pagar a dívida.

A primeira emenda queria prescrever o imóvel arrestado. Se ele valesse 1 milhão, pagaria ao cartório o valor proporcional a esse valor. Isso é uma vergonha. Se é só para prescrever, qual o trabalho de se arrestar um imóvel de R\$1.000.000,00 ou de R\$100.000,00? Isso vale também para a penhora e o seqüestro. O Governador do Estado manda que pague R\$9,70, salvo engano, já majorado em 40%.

O substitutivo que votarei diz para não se cobrar sobre 100%, mas sobre 20% do valor. Que justiça há nisso? É por que o imóvel vale mais ou menos? Quando se registrou o imóvel, que vale mais, no cartório, já se pagou proporcionalmente ao seu outro valor. Então, não é possível. O que deveria ser R\$9,00 variará de acordo com o valor do imóvel do registro e terá um acréscimo além dos 40% já propostos pela emenda do Governador. O aumento variará de 30% a 6.800%. Para não falar que é apócrifo, repito: 6.800%.

Deputados Bonifácio Mourão e Dalmo Ribeiro Silva, que são advogados, a mesma lógica, raciocínio e valor são postos quando se dá a baixa de ônus. Corrijam-me, se estiver enganado. Não é porque pagarei um apartamento pelo BNH que estarei livre do ônus. Faça uma reflexão. Certamente, amanhã ou depois, alguém dirá que protegemos rico. Isso não é verdade. Por exemplo, não tenho R\$150.000,00 para comprar um imóvel e dou apenas R\$30.000,00 de entrada e obtenho financiamento de R\$120.000,00. Quando vou registrar esse imóvel financiado, pago sobre o valor total dele, e não somente sobre o que paguei. Então, o imóvel já é meu. Mas quando vou dar a baixa, pago outra vez. Quer dizer, o pobre que pagou à prestação paga outra vez, e o rico, que comprou à vista, gasta menos. Não é possível que esta Casa homologue essa aberração.

A Deputada Marília Campos (em aparte)* - Deputado Chico Simões, peço a V. Exa. um esclarecimento. A discussão é muito complexa. Percebo que V. Exa. estudou muito a questão e acompanhou o debate. Esse projeto, da maneira como está, não contraria também os interesses dos poderes públicos do município e do Estado? Faça essa pergunta porque a taxação está muito alta. É claro que há um repasse do poder público estadual. Mas o aumento dessas taxas não estaria estimulando a...

O Deputado Chico Simões* - Contrato de gaveta, quer dizer, vender por procuração, e não registrar.

A Deputada Marília Campos (em aparte)* - Quanto ao habite-se, temos grande quantidade de imóveis irregulares. O ITBI, por exemplo. A quem esse projeto, de fato, estaria beneficiando?

O Deputado Chico Simões* - Somente os donos dos cartórios.

A Deputada Marília Campos (em aparte)* - O poder público, por exemplo, teria dificuldade nesse processo.

O Deputado Chico Simões* - Com certeza, Deputada Marília Campos. Agradeço-lhe a contribuição.

Farei disso um cavalo de batalha. Apresentei uma emenda, mas, apesar de tudo que já foi incluído com certa benevolência, os autores não se contentaram. Colocaram que essas tabelas serão corrigidas automaticamente, todo ano, pela UFEMG. Não sou contra o reajuste, mas penso que tem de ser feito mediante projeto de lei. Esta Casa tem de ter responsabilidade. Salário de Deputado não cresce automaticamente, tem de ser por meio de projeto de lei. Salário de Governador, de servidor, tabelas de honorários de hospitais, nada cresce automaticamente. Por que só as tabelas dos cartórios? É abrir mão da nossa legitimidade de legislar. Essas são nossas preocupações. Como conduzirei isso? Procederei de duas maneiras. Pego o Substitutivo nº 2 e mudo exatamente esses pontos, nenhuma vírgula a mais, obedecendo a todos os números do Governador do Estado, nenhum tostão a menos nem a mais, ou, então, colocarei em destaque essas emendas. Gostaria de ter uma resposta desta Assembléia. Não uma resposta do PT, do PCdoB, do PMDB ou do PFL, mas do Poder Legislativo de Minas Gerais, para coibir essa aberração. Quando é para o Estado, posso chegar a espernear: se acho que é muito, voto contra, mas penso que é para o Estado, para os cofres públicos, e que, nas mãos de um bom governante, pode ser destinado à sociedade. Para dono de cartório, é demais!

*- Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Na data de 23/12/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando Antonio Ricardo de Rezende Neto do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Jaqueline Ribeiro Amorim do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Lourdes Aparecida da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Renata Aparecida Borges Fernandes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Juliana de Oliveira Rocha para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Lucineia Carvalho Rocha para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

nomeando Michel Pedroso dos Santos para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

exonerando Cristiano Teixeira Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Gustavo Pamplona para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Alerta Informações Ltda. Objeto: prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa de todas as publicações nos diários oficiais. Vigência: 1 ano a partir de 14/1/2004. Dotação orçamentária: 33.90.39.00.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Servidores do Legislativo de Minas Gerais. Objeto: locação de 1 loja e 10 vagas de garagem do Ed. Montesquieu, na Av. Olegário Maciel, nº 2.161. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação contratual e reajustamento de preço. Vigência: até 19/12/2004. Dotação orçamentária: 33.90.39.00.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Edgard Silva Filho. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: de 12/1/2004 a 15/2/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Wagner Lemos Alvim. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: de 5/1/2004 a 15/2/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 837/2003

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 19/12/2003, na pág. 55, col. 3, no "caput" do art. 3º, onde se lê:

"Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG -", leia-se:

"Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG".